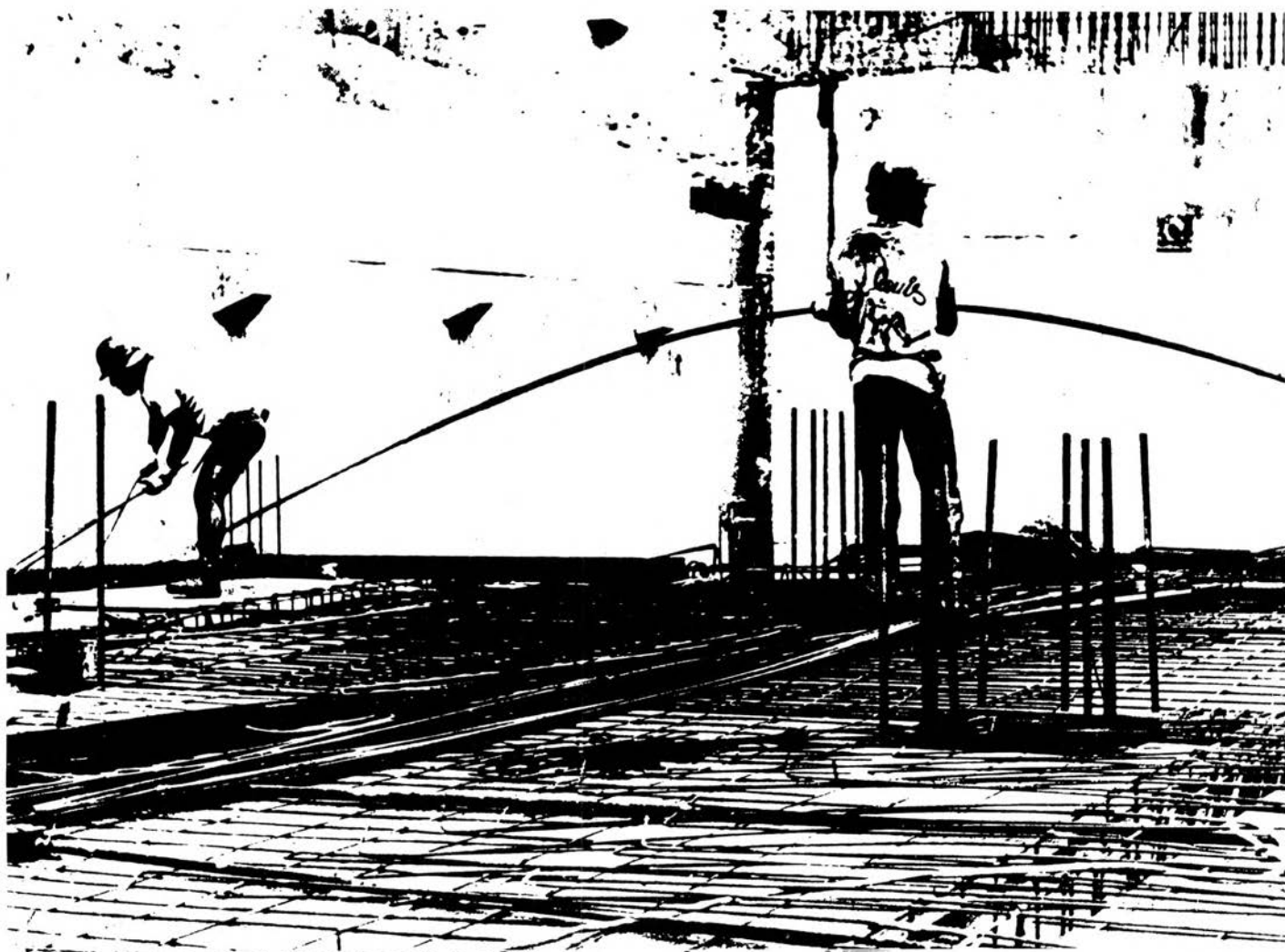


tempoe presença

Publicação mensal do CEDI
número 168
maio/junho de 1981



OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

“Não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo, que está em vós?”

(1 Co 6.9)

Durante vários anos este texto de Paulo foi utilizado de uma forma bem moralista e reducionista. Moralista, porque servia para que as pessoas se educassem a uma contenção do seu sentimento e do seu prazer. Reducionista, porque tudo que era referente ao corpo era reduzido ao pecado inevitável ao qual estavam subjugados os homens e as mulheres que se amavam.

Neste Tempo e Presença se quer refletir sobre este pequeno parágrafo de Paulo no que ele tem de mais contundente: a exploração do corpo pelo trabalho usurpado em nosso mundo capitalista.

Muitas vezes, nos parece tão “normal” vermos homens maltratados e envelhecidos, mulheres que estão longe de se assemelharem aos modelos e “beldades” que vemos nos cinemas e revistas e que, muitas vezes — ah! o modismo — tentamos copiar falsamente: nosso corpo não tem o manequim que vemos nas revistas e televisão.

E o que parece tão “natural” toma a sua verdadeira dimensão de pecado social: a destruição do corpo dos trabalhadores é a destruição do templo do Espírito Santo. À medida que constroem os prédios, os carros e as fazendas com o suor da sua vida eles se destroem no seu corpo. Esta a contradição permanente: o que constrói traz no seu bojo a sua própria destruição. E destruição do corpo através da fadiga, do risco permanente da morte, da ausência total de condições de vida, da má alimentação, da falta de possibilidade de morar dignamente com suas mulheres e seus filhos.



E são eles que constroem onde nós habitamos e em seguida voltam para as suas casas — se é que o são — e lá “descansam” entre a fome e o desespero, entre a instabilidade e o parco salário.

Quando lemos este texto de Paulo, uma indagação nos inquieta: como as Igrejas teriam força para defender o direito do mais fraco e oprimido se elas denunciasses a exploração do corpo do trabalhador e a destruição do templo do Espírito Santo?

É o templo do Espírito Santo que é destruído e quem peca contra o Espírito jamais terá perdão, vaticina o Cristo.

É por isso que os que exploram a força vital de homens e mulheres estão condenados a viverem eternamente nas sombras da Morte: eles pecam, todo o dia, o dia inteiro, contra o Espírito Santo.

Algumas vezes, mesmo as Igrejas, estão coniventes com esta exploração e elas também estão fadadas à condenação eterna: elas corrompem o templo do Espírito Santo à medida em que legitimam a exploração e a DESTRUIÇÃO do corpo — feito por Deus para o amor e a vida — de tantos homens, mulheres e crianças.

Esta a nossa indagação neste número. Acreditar que, um dia, todos estes vão dizer: NÃO! e dizê-lo porque são templos do Espírito de Deus.

... E, então, o Espírito Santo voltará a ser glorificado no seu templo-corpo pleno de vida, dignidade, amor e prazer.

Número 167
Abril de 1981

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domicio Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araujo Martins

Composição
Editora Gráfica Luna Ltda.
Rua Barão de São Félix, 129 - Centro

Fotolitos e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
**Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 2055197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 667273
01238 São Paulo, SP

Coordenador de Publicações
Paulo Cezar Loureiro Botas

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Produtor Gráfico
Álvaro A. Ramos

Redatores
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Assinaturas e Expedição
Eduardo Spiller Penna

Consultor
Claudius Ceccon

Fotos
Lourdes Maria

A VIDA DO TRABALHADOR NO BAIRRO

Henrique Pereira Junior

Como é que eu posso trabalhar direito na fábrica pensando que a qualquer momento minha mulher pode me telefonar dizendo que tomaram a nossa casa?

A gente tira a comida da boca de nossos filhos, faz horas extras pra ter o mínimo pra poder viver, e depois falam que o terreno não é da gente?!

Depoimento de operários moradores em Loteamentos clandestinos na periferia de São Paulo

O operário trabalha na fábrica e esse seria o seu lugar natural de organização. Acontece que aquilo que ele mais ama, ou seja, sua mulher, seus filhos, o terreninho comprado com muito suor e sacrifício, a casinha construída nos fins de semana com a ajuda da mulher, das crianças, dos parentes e dos vizinhos, tudo isso, fica muito distante da fábrica e é exatamente aí que está a sua preocupação maior.

Quando os trabalhadores, militantes dos movimentos populares dos bairros da periferia das grandes cidades, justificam a sua presença nessas lutas, os seus argumentos estão sempre ligados à família, à moradia, às condições de transporte, ao saneamento básico, à falta de escolas e cuidados médicos para as crianças, etc. Aí está a razão de muitos operários, até conscientes da necessidade e da importância do movimento operário e sindical, optarem por militar nos trabalhos de bairros, movimentos reivindicatórios e que, muitas vezes, se esvaziavam na primeira investida das autoridades governamentais, ou assim que a reivindicação é acolhida e o problema solucionado, não dando o que se chama de salto político do movimento.

Por esses motivos muitos operários foram acusados por seus companheiros, e/ou pichações eram feitas generalizando, atingindo a todos que estavam comprometidos nessas práticas, dizendo que esse é um engajamento de quem não quer se comprometer, de quem não tem uma visão política da transformação da sociedade, que tem uma concepção reacionária, etc. Muitos companheiros nem sabiam o que queriam dizer certas palavras e nem por que estavam sendo alvo de tantas pichações.

Essa situação mudou muito e hoje, depois das últimas greves de São Paulo, do ABC, da morte (assassinato) de Santo Dias da Silva, da cassação do Lula, quando todo o trabalho de apoio foi assumido pelo pessoal dos bairros, dos movimentos populares, pelas Comunidades Eclesiais de Base, homens e mulheres, jovens e até adolescentes, a liderança do movimento operário já percebe a importância dos trabalhos de bairro nas lutas operárias, para o avanço do movimento sindical, etc.

A prática é sempre a melhor conselheira. No momento, lideranças operárias e sindicais entendem que a base de seus movimentos se encontra nos bairros em grupos só de operários planejando e revendo a sua prática ou mesmo comprometidos com a problemática de todos os que moram ali e engajados na regularização do Loteamento, na luta pela água, pela construção da creche, e até na luta por um local de lazer para as crianças e toda a população.

Estamos agora em plena campanha para as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o trabalho de mobilização dos metalúrgicos se faz a partir das fábricas, nas paradas de ônibus dos operários, nas portas de fábricas, etc. Mas não é só nesses locais que isso acontece, as Comunidades Eclesiais de Base são visitadas, as Associações de Moradores e Sociedades Amigos do Bairro são acionadas, pelos muros dos bairros vão sendo pichadas as propagandas das chapas; pelos bares e Igrejas, se lêem anúncios de filmes e debates sobre a vida do trabalhador, da importância do sindicato voltar às mãos da classe trabalhadora e não dos pelegos, da importância da participação do operário na luta da sua classe, "venha e traga um companheiro"!

Novamente o bairro responde. É o trabalhador, é a família do trabalhador respondendo a um apelo da liderança da classe, e as convocações são distribuídas nas casas, nos pontos de ônibus; os avisos são dados na missa, nos círculos bíblicos, na reunião da favela, no centro comunitário, na sede da União de Moradores; no bairro o pessoal organiza mutirões para colaborar na convocação da classe operária para mais um evento importante para a organização dos metalúrgicos e de toda a classe trabalhadora.

Quanto movimentos não se esvaziaram porque seus líderes nessa hora deram mais importância a uma campanha do que à luta que vinha sendo desenvolvida a partir de um



interesse particular, uma necessidade sentida por um grupo que vinha se organizando? Quantas associações de moradores deixaram de existir porque os interesses imediatos dos moradores não foram respeitados e toda a associação foi colocada a serviço de uma campanha de tempo limitado? Quantas comunidades se dividiram porque foram abandonadas e porque os agentes se entregaram a fundo numa campanha salarial ou eleitoral? Os ganhos e perdas dos movimentos de bairros se medem com os avanços e as derrotas da classe operária, do saldo organizativo de suas lutas, dos acordos conseguidos nos dissídios coletivos, etc. O trabalho de bairro passa a funcionar como o grande, se não o maior, ao menos o mais importante celeiro do movimento operário e isso já está claro para a maioria dos líderes sindicais e também para as lideranças dos movimentos populares.

Resta saber agora como aperfeiçoar essa ligação bairro-fábrica, movimento popular-movimento operário. E tem sido esta a preocupação de muitos, e se têm estimulado debates sobre esse tema, mas todas as vezes a pergunta é de como o movimento popular, as associações de moradores, as comunidades de base, podem organizar-se para apoiar o movimento operário. Como podem colaborar na campanha de sindicalização? Como podem abrir espaço para os debates e filmes da classe trabalhadora, etc.?

Acredito que a importância do trabalho de bairro para o movimento operário faz a gente pensar no momento em como o movimento operário pode reforçar o movimento de bairro para que assim um fortaleça o outro sem o perigo da falta de continuidade de um ou de outro. Isso poderá acontecer na medida em que o movimento operário se interessar em apoiar o movimento popular nos bairros, com todos os recursos que tem, colocando à disposição desses

movimentos e trabalhos, e das Associações de Moradores, toda a sua força e, quem sabe até, a sua força de pressão maior de paralisações e greves, quando a reivindicação exigir um apoio dessa natureza, já que toda a reivindicação vinda dos movimentos populares, das associações de moradores ou das Comunidades Eclesiais de Base, beneficia diretamente o trabalhador e sua família.

É no bairro que os trabalhadores das diversas categorias se encontram, e as reuniões das Comunidades Eclesiais de Base, das Associações de Moradores, do Clube de Mães, dos favelados, e qualquer outra reunião que se realize nos bairros da periferia das grandes cidades, são praticamente reuniões de inter-fábricas, inter-categorias, em busca de melhores condições de vida.

Se o movimento operário começa a se mobilizar para apoiar os movimentos populares, a população como um todo começa a perceber aí uma nova força popular e daí até as greves de apoio a outras categorias poderá ser um pulo possível, um salto de qualidade do movimento operário que poderá levar toda a classe trabalhadora a se organizar em todos os níveis em busca de uma sociedade justa onde as relações de trabalho permitam uma distribuição equitativa da riqueza, onde todos participem das decisões e sejam sujeitos de sua própria história.

Há outros motivos fortes e que também dificultam a realização dessa caminhada de unificação das lutas populares e operárias. Podem-se citar rapidamente algumas como por exemplo a atuação oportunista dos partidos, o posicionamento das Igrejas, os Meios de Comunicação Social, o aparelho repressivo que continua montado apesar da abertura política, o processo de conscientização política da população que é lento e deve respeitar os diferentes estágios de engajamento, e muitos outros. Esses outros temas, assim como os temas tratados neste artigo (movimento operário/movimento popular) precisam ser melhor trabalhados, e talvez a melhor forma disso acontecer fosse um amplo debate em todos os níveis e com todos os interessados, procurando sistematizar todo o material que brotar desse processo e principalmente as sugestões levantadas. Nesse sentido este artigo tem a pretensão de recomendar ou recolocar novamente em pauta esse assunto que a muitos interessa!

RENDA DA TERRA

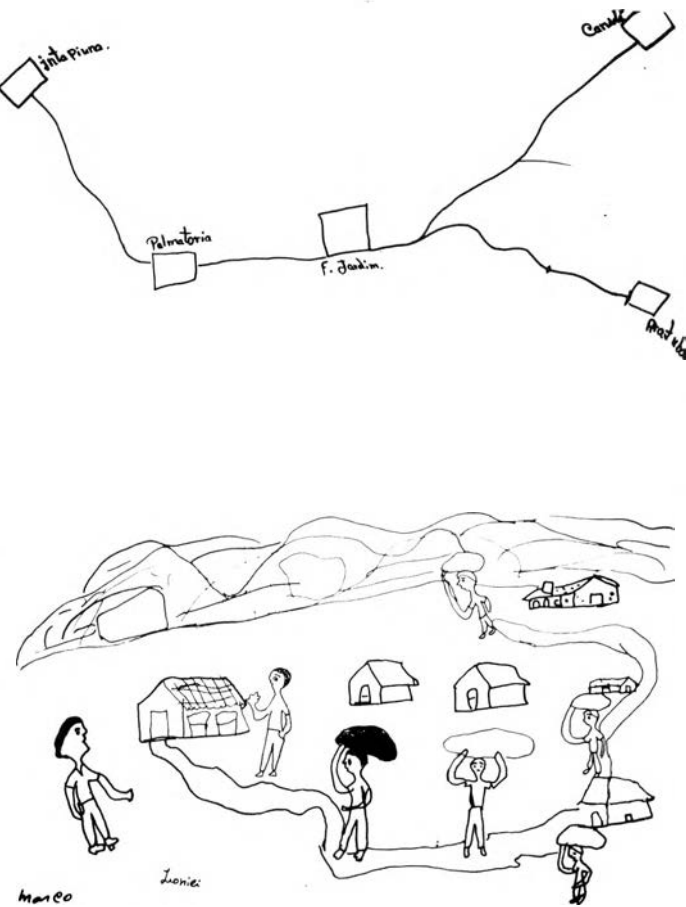
A vitória dos parceiros da Fazenda Jardim, no Ceará

Pedro Jorge B. F. Lima
João Bosco Carbogim

Dentro do atual quadro que caracteriza a realidade agrária cearense, a parceria é a relação de produção predominante. Podemos afirmar que é dos roçados dos parceiros de onde sai o maior volume dos principais produtos agrícolas do Estado: algodão para exportação, milho, feijão e mandioca para o abastecimento interno. O algodão é sempre cultivado junto com o milho e/ou feijão. Na maioria dos casos os parceiros para conseguirem terra para trabalhar são forçados a pagar aos proprietários a metade do algodão produzido, como renda da terra. Há ainda muitas vezes a obrigatoriedade de pagar 1/3, 1/4 ou 1/5 do milho e do feijão. Tais percentuais contrariam inteiramente o Estatuto da

Terra, pois geralmente os proprietários cedem apenas a terra nua, ficando os parceiros responsáveis pela realização de todas as operações necessárias: broca, destoca, queima, construção de cercas, plantio, tratos culturais e colheita. (1) É Comum também a prestação obrigatória de dias de serviço (2 ou 3 por semana) ao proprietário ("sujeição") e a obrigatoriedade de venda a este, da parte da produção que

(1) O Estatuto da Terra prevê, no seu artigo 96 que "... a quota do proprietário não poderá ser superior a: a) dez por cento, quando concorrer apenas com a terra nua; b) vinte por cento, quando concorrer com a terra preparada e moradia; c) trinta por cento..."



Nós moramos na Fazenda Jardim, no município de Aratuba, no Estado do Ceará. Ao todo são 12 famílias que moram na Fazenda e vivem da agricultura, plantando milho, feijão, algodão e fava. O proprietário da Fazenda mora em Itaipiúna. Os lugares que a gente mais anda são Aratuba e Palmatória, que fica no Município de Itaipiúna". Dessas 12 famílias que moram na Fazenda Jardim, tem 5 que desde 1979 lutam pra pagar uma renda mais baixa. São as famílias dos trabalhadores: Raimundo Pereira dos Santos, que mora na Fazenda há 40 anos; Elias Pereira dos Santos, que mora na Fazenda há 40 anos; Sebastião Ribeiro da Silva, que mora lá há 17 anos; Jacinto Braga do Nascimento, 16 anos, e Expedito Meruoca, 5 anos.

Quando os moradores mais antigos chegaram à Fazenda não pagavam renda, mas tinham que dar três dias de sujeição por semana. Com os anos mudou o sistema para a meia do algodão. Os outros gêneros eram livres para os trabalhadores.

"Viemos assim nessas bases até 1969. Chegou o ponto de ser fundado o Sindicato. Houve uma reunião em Aratuba, já pra pensar na fun-

dação. Aí teve essa explicação: o que era o Sindicato, que dava direito ao trabalhador e que a gente podia mudar e ter outras condições de vida. Os homens ficaram animados, mas era com medo. Chegaram aqui e um deles conversou com a mulher: mas ficasse com isso calado. Um dia as mulheres souberam que tinha outra reunião e foram sozinhas. Já era o dia da fundação do Sindicato, aí já podia se associar as pessoas. Demos os nomes lá, preenchemos a ficha. Na volta fomos dizer isso. Aí eles ficaram:

— Tu é doida, mulhé, como é que tu vai te meter num negócio desses sem saber nem o que é?

— Pois é e vocês têm que ir também, que não é só mulhé que tem que ficar dentro disso. É também os homens.

Eles foram na outra reunião e se associaram. Quando nós chegamos lá, eles tiraram as carteiras, mas era triste mesmo, desanimado. No caminho de volta, um deles disse:

— Não dou 8 dias pro patrão saber e vir botar a gente pra fora.

cabe ao parceiro. É ainda o roçado dos parceiros que serve de pasto para o gado do proprietário, tornando assim economicamente viável a exploração da pecuária bovina. Pelo uso da forragem os proprietários nada pagam aos parceiros. Tais mecanismos, situados no contexto de relações de produção arcaicas, são formas de que lança mão o capitalismo para assegurar e elevar seus níveis de exploração na sua atual fase de penetração no campo. O poder econômico e político dos grandes proprietários de terra tem facilitado a manutenção desses níveis de exploração dos parceiros, os quais vivem em condições as mais precárias sob todos os aspectos, numa permanente dependência em relação a quem possui terra. Mesmo existindo há 16 anos, o Estatuto da Terra continua sem ser aplicado, inclusive no que se refere aos percentuais relativos ao pagamento de renda. Alguns fatores coadjuvaram para que esse estado de coisas permanecesse inalterado até três anos atrás: baixo nível de organização dos trabalhadores rurais em geral, Sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho e tendo nas suas costas o peso das atividades assistenciais impostas pelo FUNRURAL, além do seu amordaçamento pelos órgãos de

repressão, como consequência da conjuntura política vigente. A partir de 1978, as primeiras lutas organizadas começaram a aparecer, como decorrência da divulgação do Estatuto da Terra por parte de uns poucos sindicatos mais combativos; da participação ativa de membros das Comunidades de Base no Movimento Sindical dos trabalhadores rurais, e da participação de dezenas de dirigentes sindicais cearenses no III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG, além da freqüente divulgação pela imprensa de notícias sobre a resistência organizada de trabalhadores rurais em diferentes regiões do País.

As primeiras tentativas desde 1978 nos municípios de Quixadá (Fazenda Monte Castelo), Aratuba (Fernandes e Jardim), Canindé (Fazendas Entre-Rios e Armadores), Quixeramobim (Fazendas Caraíbas, Cajazeiras, Teotônio e outras), e em 1980 chegou a cerca de 350 o número de parceiros que nesses municípios já não pagaram meia do algodão. Destes, somente uns 50 parceiros recorreram à justiça, através dos seus sindicatos. Essas lutas e vitórias têm um significado especial, pois representam um abalo

É uma injustiça
Nós Pegar o
algodão e Partir
no meio



Nessa época entrou um gado do patrão na roça do Elias. E veio uma intimação do Sindicato pro patrão. Aí quem foi pagar o pato foi nós, as mulheres. A gente via a hora os homens desanimar. diziam:

— Bem que eu disse que não entrasse nessa história. Agora o que vai acontecer?

Quando o patrão chegou, aí fez uma zuala... Nós fomos todos pro grupo escolar. E nós mulheres ficava ali encostada, cutucando os homens pra eles não esmorecer, vendo a hora eles dizerem que ficavam com o patrão e entregavam as carteiras do Sindicato. O patrão disse:

— Por que é que vocês se associaram nesse Sindicato?

— Porque a gente viu que é uma lei que assegura os direitos do trabalhador e nós quisemos ficar com esse direito que a gente tem.

— Mas o direito de vocês já têm na minha mão, pois eu tenho uma folha do imposto sindical que eu pago.

— Sim, mas se o senhor tem esse direito, mas tá nas suas mãos, nós queremos é um direito que nós tenha nas nossas mãos.

— Pois eu não quero. Das duas, uma: ou eu ou o Sindicato.

— Nós queremos o senhor e o Sindicato.

Até que chegou o ponto dele dar prazo de 60 dias pra nós sair.

— Não senhor, nós não sai.

“Aí nós fomos três vezes em Fortaleza, na Federação do Sindicato, e conseguimos fazer um contrato, pagando a mesma renda de 50 por cento do algodão, com direito dele dar terra nova pra gente brocar os roçados todos os anos e trabalhar de horta sem pagar renda, numa área de 1 litro de milho. O contrato foi por cinco anos. Vivemos assim nessas bases até 1979. Aí achamos que pra pagar 50 por cento era demais porque o que se fazia era só pra ele. Brocar, plantar, roçar, colher pra tirar a metade do algodão pra dar pro patrão, aí a gente ficava sem nada. Aí a gente pegou a ler o ESTATUTO DA TERRA, e fomos ver o que a gente podia exigir. Nós fizemos esse plano em maio, numa reunião. Quando foi em julho, na primeira semana que nós ía apanhar algodão, nós se reunimos de novo e combinamos:

— Tal dia nós vamos começar a apanhar o algodão. Vamos fazer o que combinamos em maio ou não vamos?

para o poder dos grandes proprietários de terra. De um lado, representam a conquista por parte dos parceiros, de uma maior "fatia" daquilo que eles próprios produzem e, conseqüentemente, uma ligeira melhoria na sua renda, enquanto que pelo lado dos proprietários de terra, ocorre o inverso. De outro, representa uma ameaça ao poder político dos grandes proprietários que se vêm forçados a atender a essa reivindicação dos parceiros, outrora tão passivos e acomodados. Num certo sentido, a luta dos parceiros para reduzirem os percentuais pagos a título de renda da terra se assemelha à luta dos assalariados urbanos por melhores salários.

A LUTA DA COMUNIDADE DE JARDIM

O folheto ora divulgado pela Comissão Pastoral da Terra do Ceará retrata o primeiro caso em que uma luta dessa natureza tornou-se vitoriosa, tanto em termos de organização interna quanto pela confirmação dada pela justiça em dois momentos: a nível da Comarca de Mulungu onde

tramitou a ação, e no Tribunal de Justiça, em grau de recurso. A decisão da justiça somente reforçou aquilo que os trabalhadores já haviam conquistado na prática: reduzir de 50 para 20 por cento o valor da renda sobre o algodão produzido. As repercussões desse primeiro caso podem levar muitos trabalhadores a terem coragem de lutar por um tratamento semelhante, pois já sabem que existe um precedente aberto, que firmou inclusive jurisprudência. Daí a importância da sua divulgação. Para que essa luta se tornasse vitoriosa contribuíram principalmente a existência na Fazenda Jardim de uma Comunidade Eclesial de Base organizada há 12 anos e de uma Delegacia Sindical, além do apoio recebido da diretoria do Sindicato. O folheto que conta a história da luta dos moradores da Fazenda Jardim para reduzir de 50% para 20% a renda paga ao proprietário tem um objetivo claro e definido: denunciar o caráter predatório do sistema capitalista de posse e uso da terra. O problema transparece na comunicação precisa, exaustiva. O texto, transcrito das entrevistas gravadas, e as ilustrações de próprio punho retratam a perspectiva dos moradores no interior mesmo da luta, enraizados na situação concreta da



Aí todas as 5 famílias que havia resolvido diminuir a renda pro patrão começamos a apanhar o algodão e deixar guardado em casa. No fim da semana, o gerente da Fazenda chegou com os sacos pra receber o algodão e ninguém entregou".

Nessa época nós convidamos o proprietário para uma reunião com ele, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aratuba e o advogado do Sindicato, Antônio Pinheiro de Freitas, lá no Grupo Escolar que tem na Fazenda. Nessa reunião, em agosto de 1979, nós falamos pra fazer um acordo com ele: fica pagando 30 por cento só do algodão. Mas ele não aceitou: Aí nós partimos pra questão na justiça. Quando nós acabamos de colher a safra de 79, começamos a querer vender o algodão. Aí fomos de novo ao advogado e ele conversou com o juiz e o juiz mandou uma carta para o proprietário vir receber os 20 por cento, mas ele não atendeu. Quando foi de outra vez ele atendeu e veio buscar. Aí ele recebeu os 20 por cento dele e disse:

— Bem, esse algodão aí eu não quero ele.

Sacudiu num canto e disse:

— Fica aí pra 30 anos.

Antes da gente começar a colher a safra de 80, recebemos a notícia: Vocês estão de parabéns. Ganham a questão da renda de 20 por cento. Aí nós se reunimos pra dar a notícia a todos. Então começamos a apanhar o algodão em julho e fomos guardando. Terminamos em setembro e aí fomos separar os 20 por cento dele e vender o nosso. A gente planejou assim: pegar 3 testemunhas e pesar o algodão e tirar os 20 por cento dele e depois vendemos o nosso na Cooperativa de Canindé".

Em novembro de 80 chegou um oficial de justiça trazendo a intimação da ação de despejo que o patrão tinha entrado contra nós. Nesse papel já vinha marcada a audiência de despejo. Nessa audiência nós já sabíamos que era uma ação de despejo e que nós sabíamos que era com indenização. Todavia antes da audiência nós se reunia e discutia muito. Mas dessa vez ninguém se previniu. Quando a gente chegou lá e o assunto era indenização e nós não levamos nada planejado, então pedimos ao juiz pra nós sair fora planejar alguma coisa. Então combinamos: o Jacinto pedir 50 mil cruzeiros, o Basto, 50 mil, o Raimundo Martins, 250 mil, o Elias, 200 mil e o Meruoca, 60 mil. Mas quando a gente entrou no debate, a gente foi caindo, caindo... o Jacinto caiu pra 30 mil cruzeiros,

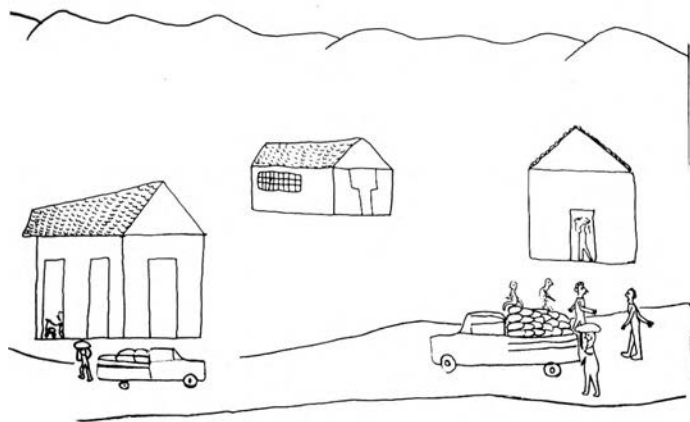


exploração capitalista, traduzida pelo pagamento da renda. O trabalho técnico, responsável pela forma final do folheto, não reflete o descompasso entre o trabalhador intelectual e o morador. Pelo contrário. É a tradução fiel da realidade: a denúncia dos 50% da renda como essência da exploração capitalista, que mantém formas arcaicas de relações de produção para delas aproveitar-se. Não se trata de um discurso de fora para dentro e sim de um discurso de companheiros para companheiros, identificados na mesma realidade. Uma das questões que pretendemos levantar aqui, refere-se ao novo posicionamento frente aos meios de comunicação de massa, inclusive eletrônicos. O poder mobilizador dos meios é evidente, sejam eles um simples jornal ou um aparelho de televisão. O maniqueísmo inerente à maioria dos movimentos engajados no processo de libertação os impediu de perceber a contradição dialética que os meios encerram. O conceito de manipulação comprova a tese. O caráter defensivo de tal postura pode muito facilmente levar ao derrotismo. O potencial revolucionário dos meios de comunicação deve ser percebido na exata relação dessa potencialidade, na medida em que, para sobreviver, o

meio precisa socializar-se. O capitalismo sabe muito bem tirar proveito da perspectiva maniqueísta com relação aos meios de comunicação, tanto quanto da despolitização da anticultura em todas as suas manifestações de underground. O ponto básico do problema não é a manipulação e sim quem manipula (no sentido etimológico) os meios de comunicação. O projeto revolucionário deve ter isto em mente. Ou seja, seu objetivo último deve visar transformar cada manipulado em manipulador da própria informação. Isto requer auto-organização porque toda produção, mesmo intelectual, que objetive os interesses dos produtores pressupõe um método coletivo de produção. Esta perspectiva viabilizou o folheto da luta dos moradores da Fazenda Jardim. Uma auto-organização voltada para os interesses dos produtores, cujo método coletivo de produção ensinou textos e ilustrações, que traduzem a sua luta. E a sua vitória.

Pedro Jorge é agrônomo do Escritório de Pesquisa, Planejamento e Assessoria Rural (ESPLAR), Fortaleza, e João Bosco é sociólogo, colaborador do ESPLAR.

É uma injustiça
meia



o Basto pra 25 mil, o Raimundo pra 100 mil, o Meruoca pra 15 mil e o Elias pra 80 mil. Mas o patrão concordou em indenizar os 3 que pediram menos. Mas aí ninguém aceitou: OU TODOS 5 OU NINGUÉM.

Depois dessa audiência, o proprietário foi duas vezes na Fazenda tentar fazer acordo pra indenizar.

— Nós não tem acordo pra fazer aqui. Espere a próxima audiência que a gente resolve.

Em 1979 os 5 parceiros produziram 2.364 Kg de algodão. A parte que pagaram ao proprietário, como renda, foi 20 por cento, ou seja, 472 Kg.

O algodão foi vendido a 400 cruzeiros a arroba. Desse modo, os 5 apuraram um total de 50.400 cruzeiros. A parte paga ao proprietário, avaliada ao mesmo preço, totalizou 12.400 cruzeiros.

Em 1980, a produção de algodão foi de 2.051 Kg. A parte dos 5 moradores foi vendida a 600 cruzeiros a arroba. Assim, eles ficaram com total de 65.640 cruzeiros, enquanto os 20 por cento que ficaram com o proprietário, se tivesse sido vendido ao mesmo preço, valeria 16.400 cruzeiros.

Nesses dois anos, as 5 famílias ficaram com um total de 116.000 cruzeiros, e o proprietário, recebendo somente 20 por cento da renda, ficou com algodão no valor de 28.800 cruzeiros. Se tivesse continuado pagando meia, os 5 parceiros ficariam com 72.420 cruzeiros e o proprietário com o mesmo valor. Pagando renda de 20 por cento, eles lucraram 43.620 cruzeiros nesses dois anos.

“No dia 12 de fevereiro de 81 foi a outra audiência. O patrão partiu logo pra indenizar de novo. O Elias disse:

— Me dê 100 mil que eu vou embora.

— Tá feito.

E assinaram logo.

— E vocês, querem a indenização de vocês também?

— NÃO.

Ganhamos essa nova questão. O juiz decidiu que tinha que partir para o contrato. Nós ia pensar no caso.

Aconteceu

maio e junho de 1981

ARACRUZ CELULOSE CONTINUA LESANDO GUARANIS DO ES

O representante do CIMI — Espírito Santo, Fábio Vilas, foi preso por agentes da Polícia Federal em Santa Cruz, a oitenta quilômetros de Vitória, depois de se recusar a abandonar a reserva habitada por oitenta guaranis, ao lado do rio Perequê-Açu. Funcionários da FUNAI começaram a demarcar a reserva pela manhã, sob protestos dos índios, que alegam ser sua dimensão inferior à área originalmente traçada pelo órgão, conforme a Portaria número 609, de novembro de 1980. Armados de facões e foices, os guaranis chegaram a impedir a entrada na área dos funcionários da FUNAI. O bispo de Teófilo Ottoni, denunciou que a demarcação das terras dos índios guaranis e tupiniquins está sendo feita pela FUNAI de acordo com o que pretendia a Aracruz Celulose, reduzindo sensivelmente a área que pertence aos índios.

...E A FUNAI "FECHA" COM ARACRUZ

Sobre a atuação dos índios guaranis, do Espírito Santo, numa área junto à Aracruz Florestal, a FUNAI distribuiu nota de cinco itens sustentando que, basicamente, os guaranis não têm direito às terras que pleiteiam por serem nômades, e estão atrapalhando a demarcação da reserva dos tupiniquins.

XAVANTES SAQUEIAM QUATRO FAZENDAS

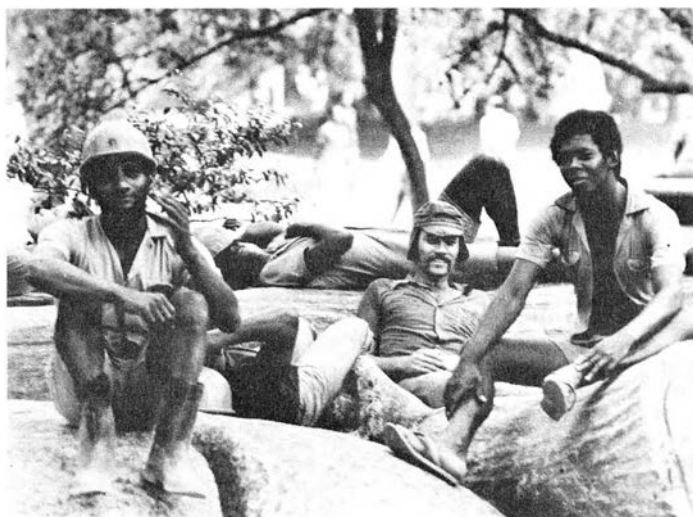
As quatro fazendas localizadas na área reivindicada pelos índios xavantes, da reserva de Sangradouro, no Mato Grosso, foram saqueadas por um grupo de índios que roubaram bois, animais domésticos e destruíram cercas. Em nota divulgada em Brasília o presidente da FUNAI afirmou: Mesmo deplorando a atitude dos xavantes o órgão "evitará, a todo custo, qualquer revide por parte dos fazendeiros". As fazendas saqueadas foram a Colibri, Pindorama, Minuano e Santo Antônio. A FUNAI já pediu auxílio à Polícia Federal, que deslocou agentes para a região, e 21 soldados da Polícia Militar da cidade de Barra do Garça estão de prontidão para evitar um conflito de maior dimensão entre índios e fazendeiros. A área vive clima de guerra há dez dias.

PADRE VAI DEPOR NO INQUÉRITO

O vigário de São Geraldo do Araguaia, no Pará, Padre Aristides Camio, deverá depor na delegacia de Conceição do Araguaia, no extremo sul do Estado, para responder a inquérito policial como autor intelectual do ataque praticado por posseiros contra uma fazenda da área no qual morreu um empregado da propriedade, acusado pelos posseiros de ser pistoleiro profissional. Junto com o padre, foi também indiciado o advogado da Comissão Pastoral da Terra, Paulo Fontelles. A intimação ao padre foi apresentada ao bispo de Conceição, D. Patrick Haranan, causando estranheza ao clero porque o Padre Aristides "é maior, tem sua própria jurisdição e endereço certo", segundo o Padre Ricardo Resende. Ele acha que a inclusão do vigário de São Geraldo no processo "visa claramente envolver não apenas ele, mas toda a Igreja da região". O advogado Paulo Fontelles, que como o padre defende exclusivamente posseiros, obteve habeas corpus, para não ser fichado criminalmente, e um salvo-conduto.

ÍNDIOS REJEITAM PLANOS PARA EMANCIPAÇÃO

A situação jurídica do índio brasileiro foi debatida por líderes indígenas, antropólogos, missionários, advogados e representantes da Comissão Pró-Índio, no auditório do Convento dos Dominicanos, nas Perdizes (SP). Os líderes indígenas afirmaram que o Estatuto do Índio é suficiente para sua proteção, "desde que bem aplicado", e criticaram a inoperância da FUNAI. A emancipação do índio foi atacada e se falou em "interesses econômicos" para determinar essa emancipação: Dom Tomás Balduino disse que "a FUNAI não quer emancipar o índio, quer emancipar suas terras". O presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo, abriu os debates condenando a forma paternalista com que os índios são tratados há 40 anos, "recebendo benefícios mas não sendo ouvidos em seus anseios. Os Índios querem organizar-se, reivindicar, mas a FUNAI não interessa isso. Tanto assim que se está acenando com uma modificação no Estatuto, que introduziria a emancipação compulsória a índios incômodos à Fundação".



ENCONTRO DE LÍDERES INDÍGENAS EM SÃO PAULO

Ao divulgar as propostas aprovadas na Assembléia de líderes indígenas realizada em São Paulo, o novo presidente da União das Nações Indígenas, o índio Mariano Marcos Terena, afirmou a necessidade do Estado reconhecer que "a sociedade brasileira é uma sociedade pluriétnica". Dentre as propostas consta uma campanha nacional pelo direito dos índios se organizarem livremente sem sofrerem pressões do Estado. Os 73 líderes indígenas e 32 entidades de apoio ao índio, presentes à reunião, repudiaram a alteração do Estatuto do Índio visando a emancipação compulsória imposta aos índios, que está sendo proposta pelo Governo — Fundação Nacional do Índio e Conselho de Segurança Nacional. Eles defenderam a importância de possuir um organismo próprio de representação, cuja extinção foi recomendada pelo ministro chefe da Casa Civil da Presidência e pelo Conselho de Segurança Nacional, diante da inoperância da FUNAI, que, "ao invés de assistir aos índios, reprime seus verdadeiros líderes, corrompe e promove falsas lideranças". Defendeu-se também a imposição de que somente as comunidades indígenas possam definir quem é índio e quem não é índio e que só elas melhor cuidam de seu ecossistema, não cabendo, portanto, a superposição de áreas de preservação ambiental às áreas ocupadas por índios. O encontro defendeu ainda a participação das comunidades no processo de demarcação de suas terras e a garantia de acesso à educação, conservadas a língua e a história dos povos indígenas.

GUAJAJARA OBTÉM VITÓRIA NA JUSTIÇA: TERRAS

Os índios guajajara acabam de conseguir uma vitória que tentavam há mais de um século: o povoado Alto Alegre, distante 500 quilômetros de São Luís e encravado no centro de sua reserva de 130 mil hectares, foi desocupado pelas 183 famílias que para lá foram levadas, há 86 anos, por missionários capuchinhos. Os religiosos haviam construído no local, além de várias casas, uma igreja, um colégio, postos médicos, duas serrarias e usinas para beneficiamento de arroz. Entretanto, apesar da vitória, os guajajara ainda não podem ocupar Alto Alegre. Para isso precisam de uma decisão da Justiça Federal, onde tramita um processo que provará se o povoado realmente lhes pertence ou se é propriedade da Associação Educadora São Francisco de Assis, dos frades capuchinhos. Os religiosos chegaram à região em 1895 e dizem ter adquirido Alto Alegre por doação. Após uma tentativa frustrada de civilizar os guajajara — em 1901 foram vítimas do maior massacre de índios contra brancos na história do País — levaram para Alto Alegre centenas de trabalhadores e com eles passaram a desenvolver um trabalho pastoral.

D. AGNELLO ACUSA COMUNIDADES DE BASE DE INFILTRAÇÃO POLÍTICA

O ex-cardeal de São Paulo, D. Agnello Rossi, atualmente na Cúria Romana, há dez anos, fez declarações "prevenindo" sobre os perigos das infiltrações políticas nas Comunidades de Base do Brasil. Alertou ainda para uma coleção de fitas gravadas a serem difundidas na América Latina, sobre Jesus Cristo, feitas pelos teólogos da libertação. Foram acusações fundamentais na sua autoridade de cardeal da Cúria Romana e que serviram, senão só mas em grande parte, para fortalecer os ataques de conservadores tanto da Igreja como da sociedade contra a Igreja Popular do Brasil, expressa nas experiências inéditas das CEBs. Por outro lado, é profundamente salutar que estas coisas venham à tona porque podem ajudar a esclarecer o nível de encarnação social e evangélica dos que não cortejam as esferas do poder, mas reconhecem que se todo poder emana de Deus, emana sobretudo do povo onde está encarnado através da Boa-nova aos pobres anunciada por Jesus Cristo. É interessante acentuar que a problemática dos partidos políticos — neste período de abertura — é uma problemática que atinge nossos lares pela televisão, pela busca inces-

sante de votos dos candidatos no estilo mais clássico da política brasileira, pelas notícias de jornal e, pelo direito elementar exigido pelo Estado que o cidadão tem de votar. E para votar tem que escolher. E para escolher tem que conhecer. E para conhecer tem que discutir. E para discutir tem que se envolver e tomar partido. Nada mais sadio do que esta participação política e partidária exigida pelo Estado como uma maneira de erigir a democracia ainda que relativa.

Não creio que, para preservar as Comunidades Eclesiais de Base da influência nefasta da "política", de novo devam ser proibidas as discussões políticas, a luta pela disputa dos votos, as denúncias das corrupções dos que se arvoram candidatos dos direitos do povo, os programas de televisão, os artigos de jornais e os comícios. Querer isso, para preservar a característica religiosa das CEBs, é implicitamente querer que voltemos ao Estado repressivo e obscurantista que nos perseguiu tantos anos e que custou tanta dor e tanto sufoco. E nada menos evangélico que a opressão dos homens. E cremos que a época dos totalitarismos que está chegando ao fim, sejam eles políticos ou religiosos. As bruxas estão soltas, é verdade, mas devemos buscá-las é em outro lugar...

DIOCESE DO PARÁ ALEGA DIFAMAÇÃO

O clero da Diocese de Conceição do Araguaia, no Pará, distribuiu em Brasília, uma nota, na qual condena o processo de difamação que envolveria padres e agentes da pastoral da terra daquela localidade, que estariam sendo relacionados com um crime ocorrido na região e sendo indiciados como incitadores de invasões de terras. Condena ainda o relacionamento do Exército e da Polícia Federal com um fazendeiro local, que seria responsável pelo espancamento de posseiros e outras arbitrariedades. "Não é a primeira vez que levantam acusações falsas contra a ação pastoral da Igreja", afirma a nota. Segundo o texto, existe hoje uma crise de credibilidade na região, frente aos poderes policiais, militares, administrativos e, em especial, ao Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). O clero da Diocese entende que o fazendeiro local Neis Murade ameaça os lavradores "há anos", utilizando para tanto "a Polícia Militar, o oficial de Justiça, pistoleiros, etc..." Infelizmente — assegura o documento — a própria Polícia Federal e o Exér-

to foram capazes de se comprometer com esse homem, usando de arbitrariedade, lesando a Lei e se desmoralizando ao olhar do povo". Os padres de Conceição do Araguaia, associados a D. José Hanrahan, estranham "o envolvimento de dois órgãos federais — a Polícia Federal e o Exército — em um caso próprio da Justiça comum. E, sobretudo, com relação a prisões ilegais de lavradores, sem ordem de juiz competente". Para eles, o conflito que gerou a morte do pistoleiro Mateus Neres é apenas um reflexo da tensão relacionada com "a tentativa dos lavradores do município de sobreviverem". A nota culpa, em última instância, "o próprio aparelho governamental, que não faz respeitar as leis que cria e seus órgãos". Além da omissão, afirmam, os órgãos do Governo "muitas vezes têm sido cúmplices e, às vezes, mais do que cúmplices. A nota conclui sua posição afirmando que "a Igreja de Conceição do Araguaia, fiel às diretrizes da Igreja do Brasil, reafirma sua opção pelos pobres, e se manterá sempre solidária com os posseiros e com aqueles que não têm terra e lutam por sua sobrevivência".



POLÍCIA ATACA FAVELADOS EM GOIÂNIA

"Uma verdadeira praça de guerra", foi como o advogado Lourenço Antonio de Oliveira, da Comissão Justiça e Paz da arquidiocese de Goiânia (GO), definiu a ação das policiais Militar e Civil, contra cerca de 500 pessoas que participavam de uma celebração religiosa, junto aos destroços de 60 barracos da invasão (favela) Jardim Boa Sorte, que haviam sido queimados, de manhã, pela polícia, para despejar os moradores. O diácono Oslei Luís dos Santos, que, paramentado com túnica e estola, presidia a celebração, foi espancado com cassetetes e socos e preso em seguida. Crianças foram pisoteadas quando todos começaram a correr das bombas de gás lacrimogêneo e da pancadaria que os 80 policiais promoveram. O arcebispo D. Fernando Gomes dos Santos telefonou ao comandante da Polícia Militar, Coronel Aníbal Coutinho, que lhe disse que a PM estava agindo sob ordens do governador Ary Valadão, que estava em Brasília.

GREVE DA FIAT É JULGADA PELO TRT CARIOCA

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro julgou legal a greve dos 3.083 operários da Fiat Diesel, fábrica de caminhões e motores diesel instalada em Xerém, Duque de Caxias — RJ. Logo após a decisão, os cerca de mil operários que compareceram em frente ao prédio do TRT e os 40 que estavam no plenário comemoraram o acontecimento com gritos de "queremos trabalhar, queremos trabalhar", "um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos acabar com o desemprego no Brasil".

GREVE PARA FIAT-RJ

Os 3.083 operários da Fiat Diesel do Brasil, localizada em Xerém, Distrito de Duque de Caxias, no Estado do Rio, entraram em greve por tempo indeterminado, até que a empresa readmita 250 trabalhadores dispensados na semana passada — inclusive dois membros da delegação sindical, João Leal de Araújo e Juvenal Vieira de Moraes —, e dê garantias de estabilidade no emprego. Todos os operários da Fiat Diesel entraram na fábrica, marcaram os cartões de ponto e cruzaram os braços, apesar da direção da empresa ter solicitado a presença da polícia, o que foi considerado pelos trabalhadores como uma tentativa de intimidação. Os metalúrgicos informaram que das quatro greves já realizadas — em novembro de 1978, agosto de 1979 e agosto de 1980, todas durante a campanha salarial, além da atual — esta é a primeira vez em que o setor de administração também cruza os braços. Luís Gianini, da Comissão de Empregados, explicou por que a classe está reivindicando a readmissão específica de dois metalúrgicos: — Juvenal Viana de Moraes é o vice-presidente da Comissão Interna de Prevenções de Acidentes (CIPA) — e conseguiu que a empresa empregasse Cr\$ 11 milhões em segurança. Um dia o guarda Israel colocou a mão em seu bolso para tirar a carteira de identificação. Ele não deixou, houve um mal-entendido, e um mês depois, véspera de Natal, foi despedido por justa causa. João Leal de Araújo, delegado sindical, estava com dois filhos com ameaça de pneumonia e a mulher com problemas de saúde. Às vezes faltava por isso, e foi despedido sob a alegação de baixa produtividade.



MAS, AFINAL, O QUE
É QUE VOCES QUEREM?



QUEREMOS MAIS EMPREGOS,
QUEREMOS ESTABILIDADE
NO EMPRÉGO, MELHORES
SALÁRIOS... QUEREMOS O
FIM DA INFLAÇÃO...



(E OS
BANQUEIROS,
OS ATRAVESSA-
DORES, E
OS LUCROS?)



...QUEREMOS UM TRANSPORTE
PÚBLICO DECENTE E
SUFICIENTE - QUEREMOS
MORAR DIREITO, COM TODOS
OS SERVIÇOS DE ÁGUA,
LUZ, ESGOTO...



(CUSTA
CARÍSSIMO)



...QUEREMOS MAIS ESCOLAS (E MELHOR ENSINO)
PARA NOSSOS FILHOS,
QUEREMOS MELHORES
HOSPITAIS, ESQUEMAS DE
PREVENÇÃO, NA CIDADE
E NO CAMPO...



(MAIS
ESCOLAS,
MAIS
VOTOS NA
OPINIÃO!)



... QUEREMOS MAIS ÁREAS
DE LAZER, QUEREMOS
ACESSO À CULTURA, À INFORMAÇÃO
CONTRIBUINDO,
PARTICIPANDO...
QUEREMOS MUITO MAIS,
MAS SOBRETUDO...



SOBRETUDO?!



... QUEREMOS SOBRETUDO
LIBERDADE SINDICAL E
POLÍTICA, FIM DA LEI FALCÃO,
ELEIÇÕES DIRETAS EM
TODOS OS NÍVEIS...
NÉ, PESSOAL?



God!



CÊS TÃO PENSANDO O QUE?!
ASSIM A GENTE VAI ACABAR
CAINDO NUMA DEMOCRACIA !!!



DIA DO TRABALHO FOI AGITADO EM SÃO PAULO

Uma estudante, Sandra Kolosluk, recebeu um tiro de raspão na perna e outras duas mulheres, Maria de Lourdes dos Santos e Vanda Barbachan de Albuquerque, foram presas pelo DOPS, nos incidentes em São Paulo, após manifestação realizada na Praça da Sé, em comemoração ao 1º de Maio. Os incidentes envolveram agentes do DOPS e partidários da Chapa 3, de oposição à atual direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O ato comemorativo do 1º de Maio foi realizado na Praça da Sé entre 10 e 13 horas e teve a participação de 5 a 8 mil pessoas. Estavam representados no ato 40 sindicatos, entidades estudantis e populares e um grande número de políticos do PMDB. O ato público na Praça da Sé foi encerrado com o Hino Nacional e com a queima de um boneco representando a figura de Tio Sam, com a inscrição "Abaixo o imperialismo". O desemprego e as críticas à política econômica do Governo constituíram a tônica de todos os pronunciamentos. O presidente regional do PMDB de São Paulo, ex-Deputado Mário Covas, observou que se comemorava "um 1º de Maio feliz, pela violência do desemprego e pelo aviltamento dos salários. A política econômica do Governo joga todo o peso do combate à inflação sobre as costas dos trabalhadores". Estudantes aplaudiram o discurso do presidente da UNE, Alberto Rebelo, e impediram, com vaia, que os representantes do PP e do PTB concluíssem seus pronunciamentos.

APOIO DA IGREJA NO RS

Com comemorações que variaram da religiosidade à alegria carnavalesca, e passeata por melhores salários na cidade de Pelotas, praticamente em todo o Estado festejou-se o Dia do Trabalho. Em Porto Alegre, as divergências políticas entre as lideranças sindicais fizeram com que cada tendência realizasse sua própria manifestação. Enquanto a Intersindical, entidade de aglutinação dos sindicatos simpatizantes do PT, promoveu pela manhã missa seguida de apresentações artísticas dos operários, na Igreja de São Pedro, no Bairro da Lomba do Pinheiro, no Auditório Araújo Vianna acontecia o "show" promovido pelos dirigentes dos trabalhadores da construção civil, simpatizantes do PMDB, com presença maciça de estudantes e raros operários. A comemoração da Intersindical teve apoio das Comunidades Eclesiais de Base do município metropolitano de Viçosa e dos bairros da zona leste da Capital, habitada basicamente por operários.

BRÁSILIA PEDE EMPREGO E SALÁRIO

Cerca de 400 trabalhadores se reuniram na Praça da Ceilândia, cidade-satélite a 30 quilômetros de Brasília, num comício "contra o desemprego e por melhores salários", no qual ficou comprovada, sobretudo, a organização do Partido dos Trabalhadores (PT) na periferia de Brasília. Ceilândia é a cidade mais pobre do Distrito Federal. Diante de faixas de "Solidariedade aos Trabalhadores da Polônia e de El Salvador" e "Pela absolvição de Lula", o primeiro a falar foi o Padre Martinho Lenz, que leu a nota da CNBB. Lembrou a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, a qual afirma que "trabalhar é exercer a atividade com o fim de procurar o que requerem as diversas necessidades do homem, mas principalmente a sustentação da própria vida".

S. BERNARDO: LULA VOLTA A PREGAR GREVE

"Greve geral no País, caso o Governo não atenda até 1º de outubro às reivindicações dos sindicatos", foi a proposta feita pelo dirigente sindical deposto, Luís Inácio da Silva, Lula, em ato público no Paço Municipal de São Bernardo (SP). Para Luís Inácio, último dos 14 oradores a falarem para uma platéia de 5 mil pessoas, as principais reivindicações "que o Governo tem de atender" são: liberdade e autonomia sindicais, estabilidade no emprego, fim da Lei de Segurança Nacional, reajuste trimestral de salários, reforma agrária e baixa do custo de vida. Anunciou que essa proposta de greve será levada a todos os sindicatos do País. D. Cláudio Humes, Bispo diocesano de Santo André, disse em sermão "não ser o trabalhador responsável pela crise econômica que estamos vivendo". Aconselhou os trabalhadores a continuarem "de cabeça erguida, na resistência pacífica, pois a luta operária é a luta do povo, e vemos nela a realização do projeto de Cristo". Disse o Bispo de Santo André ver a cena dos trabalhadores perseguidos em Chicago "repetir-se nas ruas do ABC. A Igreja vai continuar lutando ao lado de vocês. Queremos deixar claro quem são os verdadeiros amigos de vocês". Da Igreja matriz de São Bernardo do Campo, 3 mil manifestantes desfilarão em passeata pelas ruas de Santo André, rumo ao Paço Municipal, onde se realizaria o comício, aos gritos de "um, dois, três, quatro, cinco mil, trabalhador unido na Polônia e no Brasil".

CRÍTICAS NO ES

Duas comemorações do 1º de Maio foram realizadas na capital do Estado. Uma no campo do Vitória, em Bento Ferreira, presentes o Governador Eurico Rezende e o delegado regional do Trabalho, José Pessoa Cavalcante, e outra na Frente Sindical, com a presença maior de entidades sindicais. Na primeira o público não excedeu a mil e quinhentas pessoas, mas à da Frente Sindical compareceram mais de três mil pessoas, cuja tônica nos discursos foi de críticas contundentes ao regime, à estrutura sindical do País, à política salarial e ao desemprego.

GRUPOS DIVIDIDOS NA BA

As comemorações do 1º de Maio, na Bahia, foram caracterizadas pelas divergências entre os diversos sindicatos de trabalhadores. Isto ficou evidente com a realização de atos públicos, coincidentemente no mesmo horário, em locais distintos desta capital. Enquanto um grupo de sindicatos promoveu as comemorações no Largo do Tanque, outro optou pela Praça do Campo Grande, mas em ambos houve o comparecimento de políticos da Oposição.

UM DIA DE TRABALHO NO RN

O dia foi de trabalho para o trabalhador do Rio Grande do Norte. Desde as 9h30m o Palácio dos Esportes, em Natal, esteve cheio de trabalhadores convocados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, pelos sindicatos, pelas associações rurais e urbanas. Esse encontro, com a participação de representantes de quase todos os órgãos sindicais do Estado, teve um objetivo, que estava numa faixa colocada à entrada: a conscientização do trabalhador para os seus problemas.

PROTESTO RURAL NO PR

Os trabalhadores rurais do Sudoeste paranaense realizaram concentrações em sete cidades do Estado para protestar contra a atual política agrícola do Governo. Coordenadora das reuniões, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná (FETAEP), repetiu, em todo o Estado, o Dia Nacional do Protesto, em 25 de maio, quando se comemorou o Dia do Trabalhador Rural.

NO RIO, MAIS DE 15 MIL PARTICIPARAM

Mais de 15 mil pessoas participaram da festa do 1º de Maio organizada pela Unidade Sindical, no Campo de São Cristóvão, onde todos os discursos se referiram à explosão das bombas no Riocentro. Representantes de vários sindicatos, de associações de moradores, do PT, PMDB, PDT e PTB discursaram das 14 às 16 horas, dando vez, então, a um "show" musical.

O CUSTO DE VIDA NO 1º DE MAIO NO CE

"Inflação, custo de vida, preços dos alimentos, exploração dos trabalhadores pelo patronato nacional e multinacional, baixos salários, alugueis e prestação da casa própria insuportáveis, prisões arbitrárias, sufocação das liberdades públicas, torturas e violência policial" foram os assuntos dos oradores da concentração do 1º de Maio organizada pela Pastoral de Terra da Arquidiocese de Fortaleza, realizada na Praça José de Alencar. Aproximadamente três mil trabalhadores, líderes sindicais e movimentos femininos estavam presentes. Às oito horas foi oficiada missa na Catedral Metropolitana, pelo Cardeal Aloisio Lorscheider, que na homilia fez enérgicas críticas ao sistema capitalista. Da Catedral os trabalhadores rumaram para a Praça José de Alencar, passando pelo Quartel-General da 10ª Região Militar e pichando muros.

MACEIÓ RECLAMA REFORMA AGRÁRIA E CONSTITUINTE

Reforma agrária, constituinte e ampla liberdade política para os trabalhadores foram as palavras de ordem pichadas nos muros de Maceió, em comemoração ao Dia do Trabalho. À noite, na abertura do 1º Encontro Nacional da Classe Trabalhadora — ENCLAT — houve protestos pelas explosões das bombas no Riocentro.

PRAÇA FECHADA NO MA

Sem acesso à Praça Deodoro, principal da cidade, reservada a um "show" da cantora Alcione, encomendado pelo Governador João Castelo, os Partidos oposicionistas, especialmente o PT, limitaram-se a comemorar o Dia do Trabalho com a distribuição de panfletos, comícios de líderes sindicais e políticos, nos bairros distantes do Centro.

1º DE MAIO: DIA DE LUTA E DE ALEGRIA

O dia 1º de Maio, dia do Trabalhador, é uma comemoração da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e sua libertação. Nele se exprime a alegria da união da classe trabalhadora e de suas vitórias parciais. Mas se exprime ao mesmo tempo o luto pelas derrotas, pela persistência das más condições de vida e da pressão que atingem toda a classe, assim como pela morte dos que tombaram lutando.

Nesse 1º de Maio de 1981, no Brasil, a situação volta a se assemelhar com as circunstâncias que deram no 1º de maio de 1886, em Chicago, na América do Norte. O movimento pela redução da jornada de trabalho, de então, foi esmagado pela repressão. Muitos operários foram presos e alguns condenados à morte.

Hoje no Brasil, depois de uma época em que nunca foi tão grande a jornada de trabalho, após um novo despertar, mais geral da classe trabalhadora, depois da greve do ABC de 1978, o braço armado da repressão atinge muitas das lideranças tanto da classe operária urbana quanto da classe dos trabalhadores rurais.

Ainda estão frescas na memória da classe as mortes, na prisão, dos operários paulistas Olavo Hansen e Manuel Fiel Filho atingidos no período mais repressivo do regime, quando chega um novo período onde os operários e trabalhadores urbanos, assim como os camponeses e trabalhadores rurais, lutando abertamente pelos seus direitos, são condenados pela Lei de Segurança Nacional ou são mortos nas ruas ou tocaiados nos campos. Operários lutadores pelos seus direitos são mortos na rua como Santo Dias da Silva. Uma série de lideranças das greves do ABC são condenadas pela Lei de Segurança Nacional, como o próprio Lula.

MÚSICA E QUEIXAS EM MG

O Dia do Trabalho foi comemorado em Belo Horizonte com uma concentração de cerca de mil pessoas na praça da estação rodoviária, presentes três partidos políticos de oposição e sindicatos de trabalhadores, que abriram várias faixas.

A luta dos trabalhadores rurais em todo o País é seguida por assassinatos freqüentes de lideranças sindicais. Desde janeiro de 1980 foram mortos: Raimundo "Gringo", no Pará; José Francisco dos Santos, em Pernambuco; Wilson Souza Pinheiro, no Acre; José Getuliano, Napoleão Silva, Cícero Catarino e Antônio Veras, no Maranhão; José Piau e Francisco Lima, no Pará; Agenor Martins de Carvalho, em Rondônia; e José Pedro dos Santos, em Alagoas.

Os que protestaram contra esses assassinatos, como no caso de Wilson Pinheiro, no Acre, são enquadrados na Lei de Segurança Nacional, como Lula, e José Francisco da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG).

Na nossa Baixada Fluminense existe ainda, como em outros lugares do País, um massacre contínuo de trabalhadores anônimos pelas arbitrariedades da polícia e quadrilhas de bandidos que têm o apoio ou complacência das autoridades.

A Pastoral Operária de Nova Iguaçu, em conjunto com outras entidades da região, conchama os trabalhadores da Baixada Fluminense a celebrarem na sétima Cidade em população do Brasil o crescimento de sua organização, assim como do importante trabalho de conscientização e luta pelos direitos que se faz nessa área.

A Pastoral Operária se junta aos trabalhadores de todo o Brasil engrossando o coro das seguintes reivindicações:

- Por um salário mínimo digno
- Contra o desemprego e pela estabilidade
- Contra a carestia
- Pela reforma agrária
- Pela liberdade e autonomia sindicais
- Contra a Lei de Segurança Nacional que condena os trabalhadores, e um basta aos assassinatos de trabalhadores
- Viva a união e organização dos trabalhadores da Baixada Fluminense e em todo o Brasil!!!



BOMBAS EXPLODEM NAS MÃOS DE TERRORISTAS NO RIOCENTRO

Uma bomba explodiu pouco depois das 21 horas de 30 de abril no interior do Puma cinza metálico RJ-0297 que manobrava na pista cinco do estacionamento do Riocentro, na Estrada dos Bandeirantes, em Jacarepaguá, matando um homem, de início não identificado, mas depois confirmado, que era um sargento do Exército, e ferindo gravemente o seu motorista, o Capitão do Exército Wilson Luís Machado, de 33 anos. Pouco depois outra bomba explodiu na casa de força do Riocentro, sem causar vítimas. As explosões ocorreram antes de um "show" em homenagem ao 1º de Maio, com a participação de vários cantores de música popular brasileira. O Puma tinha mais explosivos.

LAUDO CONFIRMA EXISTÊNCIA DE DUAS BOMBAS INTACTAS

As duas bombas encontradas intactas no Puma do Capitão Wilson Machado estão ainda no Departamento Geral de Investigações Espe-

ciais da Secretaria de Segurança do Rio. A existência das bombas está relatada no laudo pericial realizado no local da explosão, o único até agora concluído sobre o caso. Pelo laudo realizado no local pelo perito Pires, na noite do dia 30, a bomba que explodiu estava no interior do carro e seu impacto só não detonou as outras duas porque foi abafado pelo corpo do sargento que a segurava (elas estariam atrás dos bancos, no chão). Conforme peritos, a bomba que matou o sargento pode ser à base de nitroglicerina (a confirmação virá com o exame químico) e sua explosão inesperada foi consequência de defeito na fabricação.

COMANDANTE MILITAR ADMITE QUE OS MILITARES ATINGIDOS PELA EXPLOÇÃO ESTAVAM EM SERVIÇO

Os dois militares atingidos pela explosão da bomba no Riocentro estavam em missão de informação. A informação foi prestada, em entrevista, pelo Comandante do I Exército, durante o enterro do sargento em cujas mãos estourou uma das bombas do Riocentro.



A BOMBA EXPLODIU NO PLANALTO

As duas bombas que estouraram na noite de quinta-feira — uma no Puma estacionado no Riocentro, outra perto da casa de força, — na verdade explodiram no colo do Governo, e seus estilhaços alcançam o rosto do Presidente João Figueiredo.

Esta é uma sensação nacional que se identificou nas ruas, nas conversas do feriado, por toda a parte — de uma opinião pública expectante, ansiosa pelos próximos passos que a empurrem para os escuros da decepção ou que a amparem num puxão de esperanças.

Pois, que nesse acidente de serviço, como que tudo se ilumina como uma luz forte que se acende nas trevas. Não falta esclarecer muito, tudo se dispõe como uma nitidez fotográfica. Como se mãos invisíveis tecessem os fios do destino para compor uma trama perfeita, irretocável, absolutamente exata até os seus mais minuciosos detalhes.

Juntem as peças com atenção e comprovem. Tratava-se de um "show", promovido a pretexto de comemorar o Dia do Trabalho na véspera, mas de notória iniciativa esquerdista. portanto, o alvo a descoberto para um atentado de direita. Vinte mil pessoas, maioria absoluta de jovens, juntas no pavilhão imenso, vendo o desfile de sempre do elenco de todos os anos.

Um carro estaciona nas proximidades. Os seus dois ocupantes estão à paisana. São militares: o sargento Guilherme Pereira Rosário e o Capitão Wilson Luis Chaves Machado.

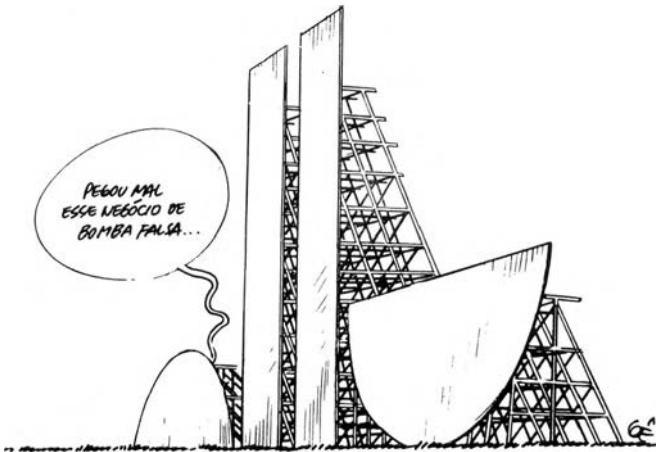
Por um erro de cálculo ou azar, uma bomba arrebenta no colo do sargento. De tal modo que não fica qualquer sombra de dúvida. O sargento morre no instante, no banco do carro, com todos os sinais que confirmam a evidência. O Capitão Wilson, gravemente ferido, arrasta-se procurando por alguém. Balbucia palavras que ninguém consegue elucidar. Mas não pode ir muito longe. Ficou lá o flagrante exato, com o carro semidestruído e com mais uma bomba escondida na traseira, para utilização facilmente apurável.

Uma outra bomba apareceu na casa de força para arrebentar as instalações elétricas e provocar o estouro da multidão para o massacre do pânico. Ato de banditismo de vileza sórdida, tramado com todos os requintes da crueldade mais abjeta. Basta calcular o que acontecerá com vinte mil pessoas desatinadas pela escuridão e o barulho das bombas, correndo às cegas, no desespero do salve-se-quem-puder em busca de saídas estreitas.

O Capitão Wilson e o Sargento Guilherme são do serviço de informações. Segundo testemunha um colega, lotados no DOI — que é a metade da sigla maldita do DOI-CODI, semidesativada nos arranques dessa semi-abertura em que vamos patinhando na busca da semidemocracia.

Alguma surpresa? Nenhuma. Salvo a hipótese fantástica de uma diabólica transa de coincidências, aconteceu precisamente o que todos ansiosamente esperavam. Que um dia os deuses do acaso armassem as coisas de modo a que o fio das dezenas de atentados misteriosos, jamais apurados, mostrasse a sua ponta. (...)

(...) Bem, e agora? A encenação do Governo não merece reparos. Notas, declarações, providências, os clássicos inquéritos, uma bela movimentação de bastidores. Nada, realmente nada justifica a suspeita de que o Planalto vá botar panos quentes. Pois que, como Geisel no episódio da tortura, é o Presidente Figueiredo o primeiro a ser atingido por todos os desatinos do banditismo terrorista. Mas, convém não facilitar. Ninguém é tolo para ser enganado diante de tantas evidências amontoadas pelas artes providenciais. Nessas bombas estamos jogando com coisas muito sérias. Com a credibilidade do Governo e das Forças Armadas. Com o projeto político de abertura. Com as eleições de 82. Com a palavra e com o juramento do Presidente João Figueiredo. (Vilas Boas Correa)



Ziraldo



Ziraldo

OH!



É MELHOR SER UM GREVISTA DENTRO DA FÁBRICA QUE UM MARGINAL NA RUA!

Aos operários, companheiros
Alicerces da Nação
Lançamos um manifesto
De garra, luta, união
Defendendo o direito
De ganhar nosso pão.

Este parte dos operários
De uma multinacional
Arbitrariamente demitidos
Em defesa do capital
Que os gringos querem levar
Lançando-nos no lamaçal.

Somos pessoas honestas
E queremos trabalhar
Derramando nosso suor
Pra nossos filhos alimentar
Mas o patrão com sede de lucro
Não se importa de nos matar.

Os operários do Brasil
Tem o seu sangue sugado
Pela politicagem corrupta
É na miséria jogado
Pelas próprias leis trabalhistas
Tem seu salário roubado.

Nós, os operários da FIAT
De capital estrangeiro
Estamos no mesmo barco
De todos os companheiros
Que por este Brasil a fora
Trabalham sem ter dinheiro.

Na época da FNM
Empresa estatal
Éramos 6000 operários
E tínhamos, bem ou mal
O emprego garantido
Exportando o nacional.

Em 3 anos de impunidade
A FIAT conseguiu
A revelia da justiça
Demitir mais de 3 mil
Aumentando os seus lucros
De forma covarde e vil.

Quando a FIAT italiana
Comprou nossas instalações
Começaram os sofrimentos
Em nossos corações
Instalaram a violência
Iniciaram as demissões.

A FIAT usa a demissão
Como arma mortal
Em época de dissídio
Pra poupar seu capital
Demite 2 que ganham mais
Admite 1 ganhando mal.

Esta arma todo ano
Ela usa impunemente
Sem que o próprio Governo
Defenda a sua gente
Até muito pelo contrário
As arbitrariedades ele desmente.

Pra quem ainda não sabe
As multinacionais
Pagam seus operários
Com incentivos fiscais
E mesmo assim não cumprem
Os acordos salariais.

Os lucros incalculáveis
Eles não querem dividir
E ainda inventam crises
Só pra nos demitir
Nos jogarem na miséria
Sem a crise existir.

No interior da fábrica
Existe um batalhão
De elementos armados
Tendo até capitão
Pra comandar a violência
E manter a repressão.

Em 1979
A violência foi tanta
Que um elemento armado
Prepotente e botando banca
Atirou num operário
Levando-o pra Terra Santa.

Que crise fajuta é essa
Que inventaram agora
Se os vampiros da FIAT
Desfrutaram do bom lá fora
Comendo seu caviar
Ganhando milhões por hora.

A alimentação que nos servem
É de má qualidade
Estraga nosso intestino
Não supre a necessidade
Nos provoca diarreia
Esta é a realidade.

Trabalhamos sufocados
Sob insalubridade
Respirando fumaça preta
Em áreas de periculosidade
Sujos de óleo e graxa
É uma grande maldade.

Criam normas de produção
Que nos forcem a trabalhar
Em 3 máquinas ao mesmo tempo
Não podemos reclamar
Várias peças por minuto
Sem direito a descansar.

Até pra ir ao banheiro
Temos o tempo controlado
Se demoramos um pouco mais
O chefe fica irritado
Nos ameaça de demissão
E corte do ordenado.

É uma grande mentira
O serviço social
Só atende italiano
Quando quer capital
O peão quando vai lá
É tratado como animal

GARANTIAS DOS GREVISTAS DA FIAT (RJ): LEI 4330/64

Art. 19. São garantias dos grevistas:

- I O aliciamento pacífico;
- II A coleta de donativos e o uso de cartazes de propaganda, pelos grevistas, desde que não ofensivos e estranhos às reivindicações da categoria profissional;
- III Proibição de despedida do empregado que tenha participado pacificamente de movimento grevista;
- IV Proibição ao empregador, de admitir empregados em substituição aos grevistas.

Parágrafo único — Nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve, os empregados que dela participarem não poderão sofrer constrangimento ou coação.

Art. 20 A greve lícita não rescinde o contrato de trabalho, nem extingue os direitos e obrigações dele resultantes.

Parágrafo único — A greve suspende o contrato de trabalho, assegurando aos grevistas o pagamento dos salários durante o período de sua duração e o cômputo do tempo de paralisação como de trabalho efetivo, se deferidas, pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho, as reivindicações formuladas pelos empregados, total ou parcialmente.

Dos crimes e das penas
Art. 29 Além dos previstos no Título IV da Parte Especial do Cód-

Toda vez que a greve
Vai a julgamento
A justiça do trabalho
Tira nosso direito
Defendendo o patrão
Nos declara em delicto.

O operário brasileiro
Vive mal alimentado
Morando entre esgotos
Nas encostas pendurado
Trabalha de sol a sol
E de noite é assaltado.

Aos demitidos de São Paulo
E de toda a Nação
Lançamos este movimento
Firmes na decisão
De alcançarmos a vitória
Com a força de nossas mãos.

Conclamamos os operários
E o povo em geral
A nos dar o seu apoio
Pois nossa greve é legal
Pois lutamos pelo absurdo
De trabalharmos, mesmo ganhando mal.

Poema escrito por um peão da FIAT durante a greve de maio de 1981 contra as demissões de 250 companheiros de trabalho.

go Penal, constituem crimes contra a organização do trabalho:

- I Promover, participar ou insuflar greve ou lock-out com desrespeito a esta lei;
 - II Incitar desrespeito à sentença normativa da Justiça do Trabalho que puser termo à greve ou obstar a sua execução;
 - III Deixar o empregador, maliciosamente, de cumprir decisões normativas da Justiça do Trabalho, ou obstar a sua execução;
 - IV Incitar à greve ou "lockout", ou aliciar participantes quando estranhos à profissão ou atividades econômicas;
 - V Onerar a despesa com dívidas fictícias ou de qualquer modo alterar maliciosamente os lançamentos contábeis para obter majoração de tarifas ou preços;
 - VI Adicionar aos lucros ou fazer investimentos com os rendimentos obtidos com revisão tarifária ou aumento de preços especificamente destinados a aumentos salariais de empregados;
 - VII Praticar coação para impedir ou exercer a greve;
- PENA: Reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Ao reincidente aplicar-se-á a penalidade em dobro.
- Parágrafo único — Os estrangeiros que infringirem as prescrições desta lei serão passíveis de expulsão do território nacional a juízo do Governo.

O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO

Vinicius de Moraes



E o diabo, levando-o a um alto monte, mostrou-lhe num momento de tempo todos os reinos do mundo. E disse-lhe o diabo: — "Darte-ei todo este poder e a sua glória, porque a mim me foi entregue e dou-o a quem quero; portanto, se tu me adorares, tudo será teu".

E Jesus respondendo disse-lhe: — "Vai-te Satanás, porque está escrito: adorarás o Senhor teu Deus e só a Ele servirás".

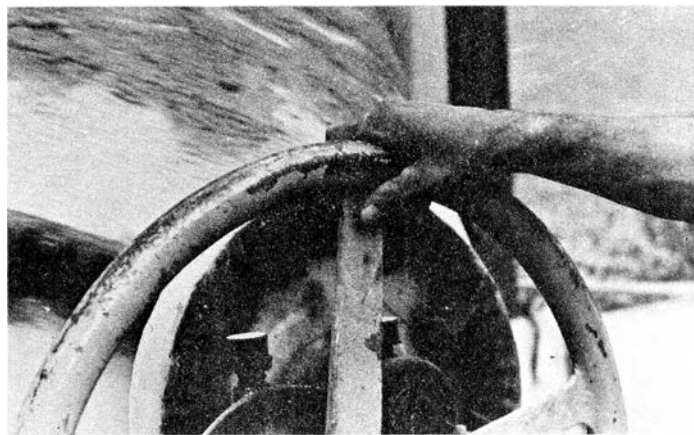
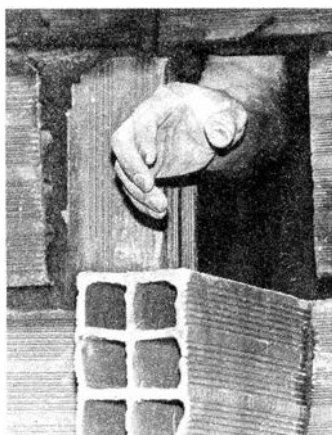
Tijolos ele empilhava com pá, cimento e esquadria



Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo,
Que a casa de um homem é um templo,
Um templo sem religião,
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.



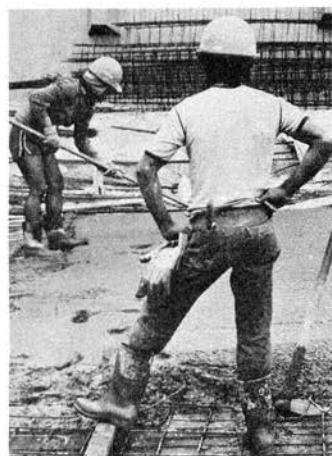
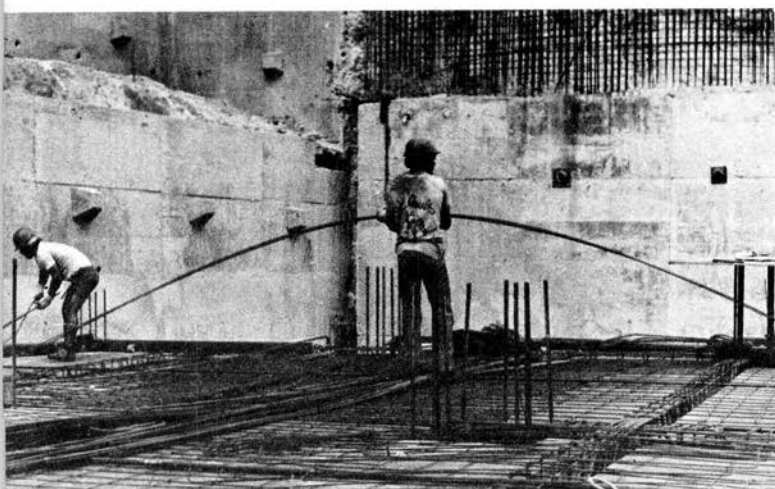
De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria;
Quanto ao pão, ele comia...
Mas fosse comer tijolo...
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui,
Adiante um apartamento,
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse eventualmente
Um operário em construção.



Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia,
À mesa, ao cortar o pão,
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
— Garrafa, prato, facão —
Era ele quem os fazia,
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.

Olhou em torno: gamela,
Banco, enxerga, caldeirão,
Vidro, parede, janela,
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia,
Era ele quem o fazia,
Ele, um humilde operário,
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Ah! homens de pensamento,
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara,
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão,
Sua rude mão de operário,
De operário em construção,
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.



e o operário disse não



Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção,
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo,
Em largo e no coração,
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão.
Pois além do que sabia
— Exercer a profissão —
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.
E foi assim que o operário
Do edifício em construção,
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.

E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmita
Era o prato do patrão,
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão,
Que o seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão,
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão,
Que seus pés andarilhos
Eram as rodas do patrão,
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão,
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.



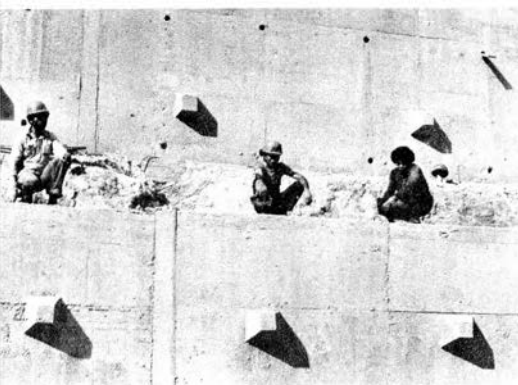
Como era de se esperar,
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.
Mas o patrão não queria
Nenhuma preocupação.
— “Convençam-no” do contrário! --
Disse ele sobre o operário,
E ao dizer isso sorria.

Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção,
Viu-se súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu, por destinado,
Sua primeira agressão.
Teve seu rosto cuspidos,
Teve seu braço quebrado,
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!

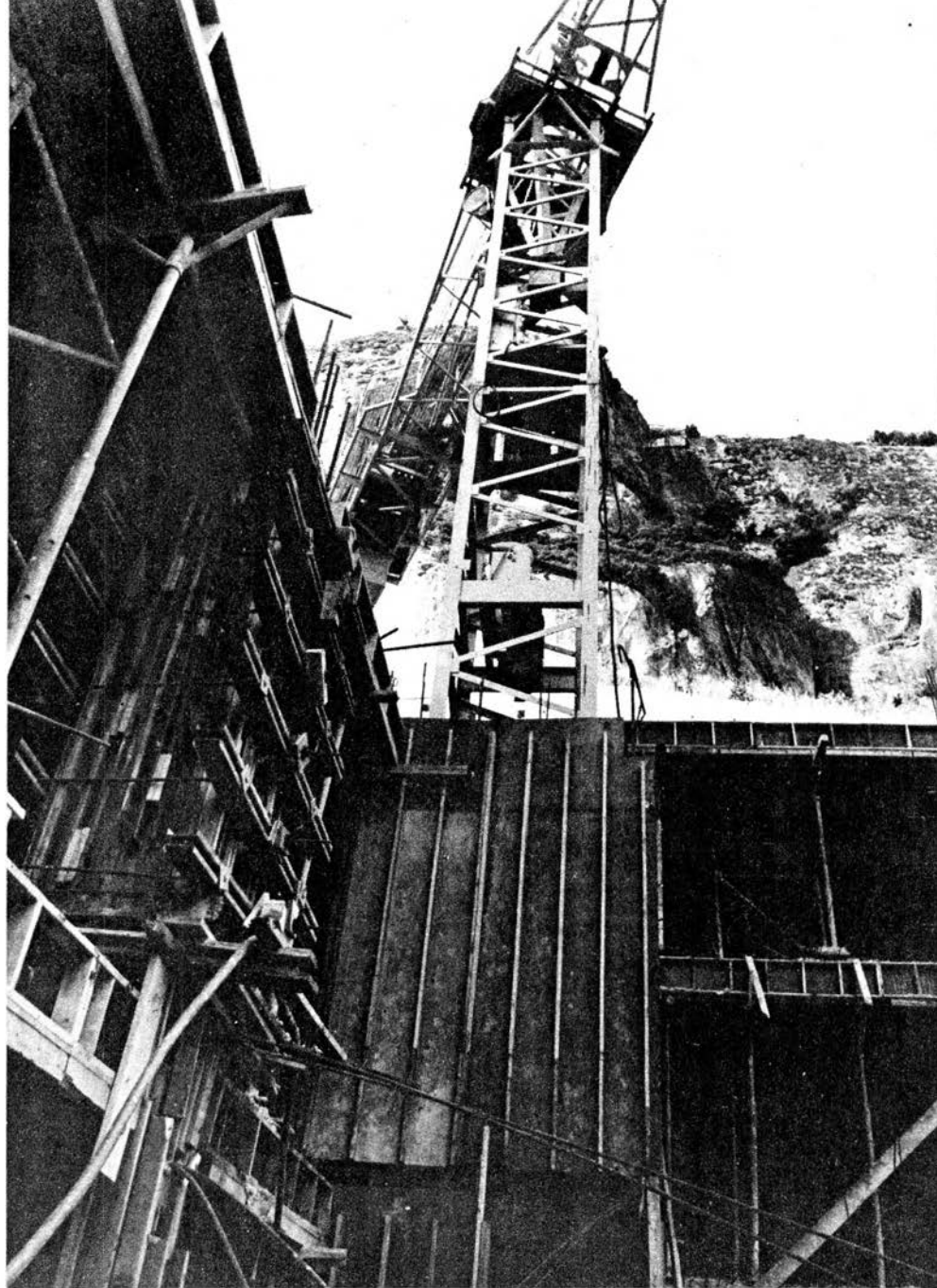


Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão;
Muitas outras se seguiram,
Muitas outras seguirão.
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção,
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

**portanto, tudo
o que vês
será teu
se me adorares**



Sentindo que a violência
Não dobraria o operário,
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário;
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região,
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
— Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação,
Porque a mim me foi entregue
E dou-a a quem bem quiser,
Dou tempo de lazer,
Dou-te tempo de mulher...

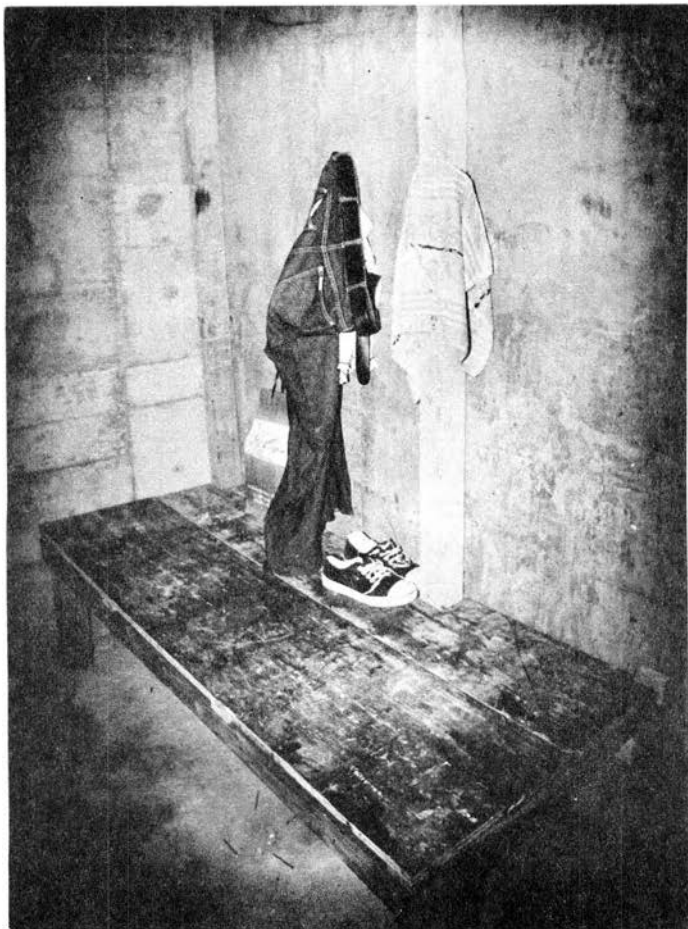


Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário,
Que olhava e refletia;
Mas o que via o operário,
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos,
Produtos, manufaturas;
Via tudo o que fazia
O lucro do patrão

E, em cada coisa que via,
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

— Loucura — gritou o patrão —
Não vês o que te dou eu?
— Mentira! — disse o operário —
Não podes dar-me o que é meu.



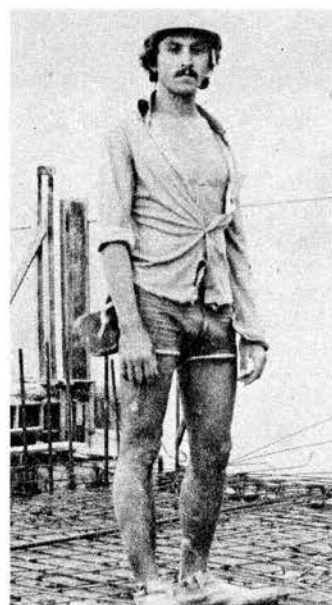
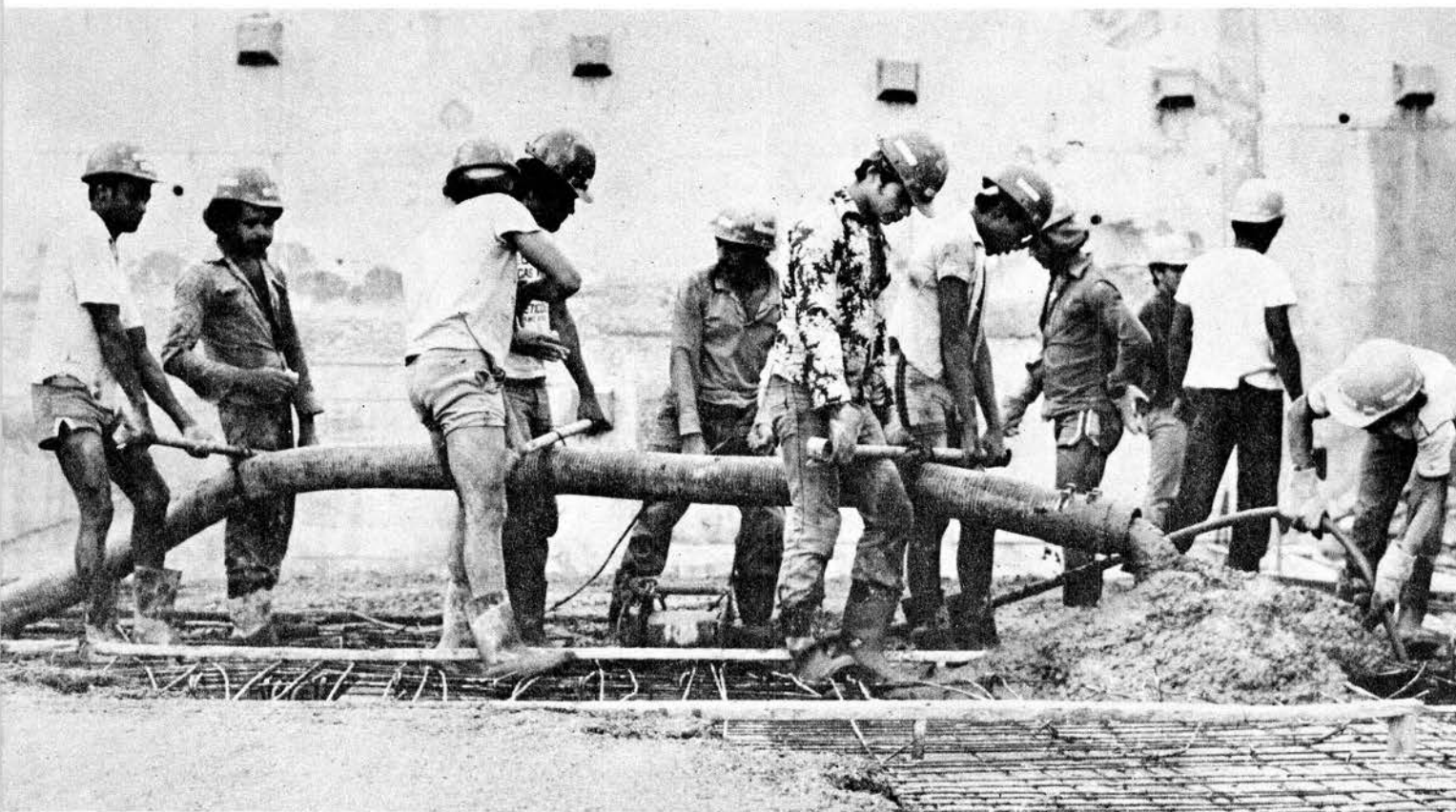
E um grande silêncio fez-se
 Dentro do seu coração:
 Um silêncio de martírios,
 Um silêncio de prisão,
 Um silêncio povoado
 De pedidos de perdão,
 Um silêncio apavorado
 Como o medo em solidão,
 Um silêncio de torturas
 E gritos de maldição,
 Um silêncio de fraturas
 A se arrastarem no chão.

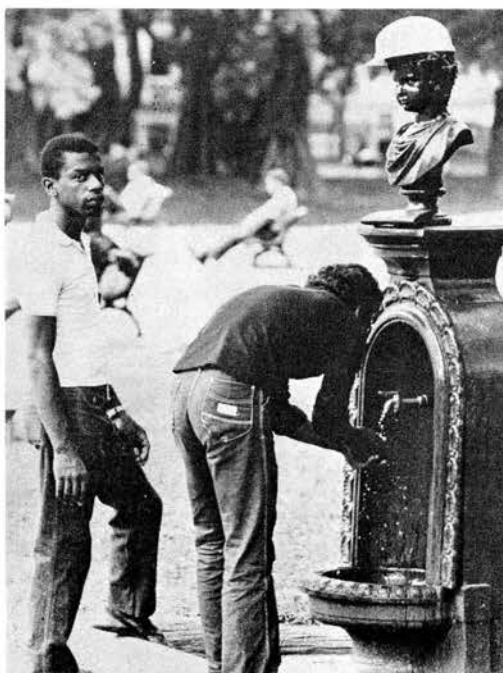
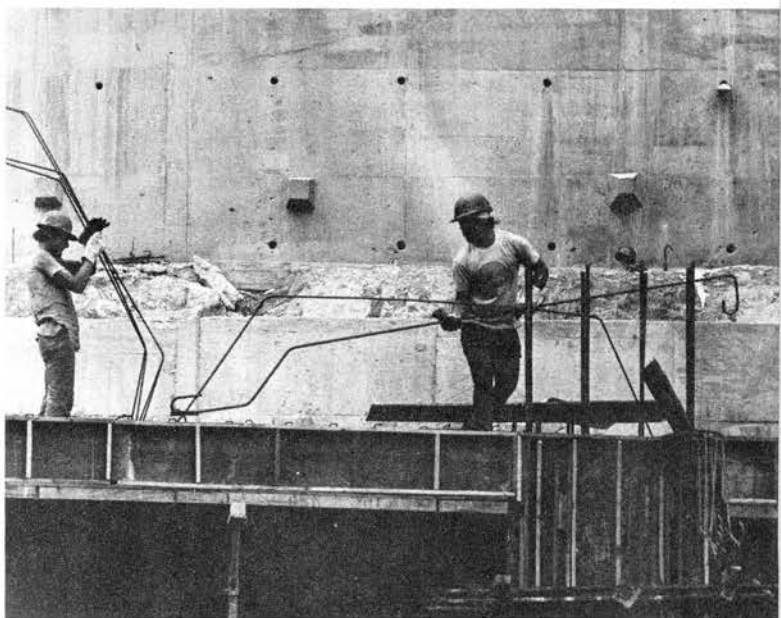
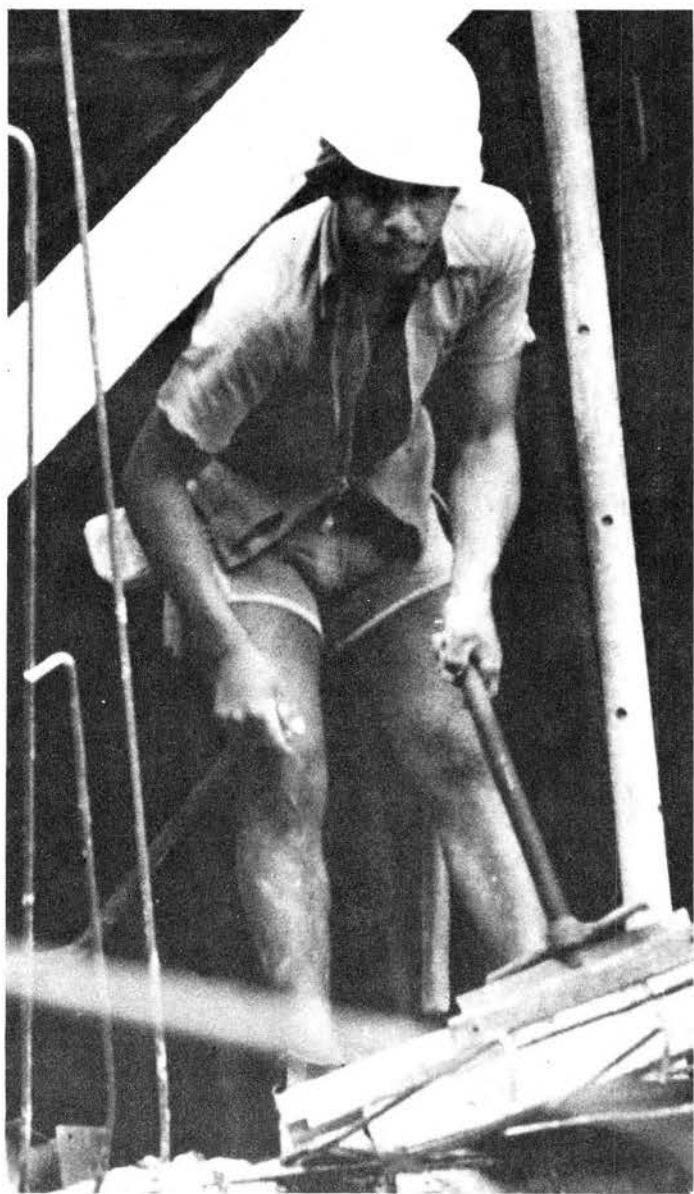


**uma esperança
sincera
cresceu no seu coração**



E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos,
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido,
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.







ASSEMBLÉIA POPULAR DE SAÚDE

Companheiros,

Nós, moradores de Porção de Pedras e de Esperantinópolis, da cidade e do interior, estamos reunidos hoje em Assembléia, para reforçar mais uma vez a nossa luta por melhores condições de assistência médica.

Vivendo uma péssima situação de saúde, fizemos vários encontros e reuniões no interior e na cidade, discutindo estes problemas. Realizamos um abaixo-assinado com 5.500 assinaturas, para denunciar esta situação e exigir os direitos de saúde que o trabalhador rural tem; o funcionamento da ambulância e dos minipostos, os cursos para as parteiras, os exames de fezes, de sangue, de urina, sem pagamento e um hospital do Funrural em cada município. Entregamos o abaixo-assinado ao Secretário de Saúde, ao INAMPS, ao Presidente da República, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa, ao Ministro da Saúde e ao Ministério da Previdência Social.

Conseguimos um aumento do número das consultas pelo FUNRURAL, alguns remédios da CEME e as vacinas para alguns povoados e sedes dos nossos municípios.

Conseguimos também promessas: de remédios, de construção de uma unidade mista, de curso e material para as parteiras e o funcionamentos dos minipostos.

Como as promessas não tinham sido cumpridas, fomos de novo falar com o Secretário de Saúde. Ele prometeu o curso das parteiras, remédios e um carro para facilitar o funcionamento dos minipostos. No INAMPS, afirmaram que nós trabalhadores rurais, somos os fiscais dos serviços da saúde do FUNRURAL e temos que denunciar todos os maus atendimentos deste.

Hoje em Assembléia, queremos o cumprimento das promessas feitas pelos representantes da Secretaria de Saúde nas reuniões em Porção de Pedras e em Esperantinópolis e reafirmado pelo Dr. José Rodrigues, Secretário de Saúde, no dia 24 de março de 1981.

Exigimos o funcionamento imediato dos minipostos, remédios da CEME, vacinas para todos os povoados, curso e material para as parteiras e a construção da unidade mista.



Esta unidade mista vai melhorar um pouco a nossa situação por determinado tempo, mas a necessidade do Hospital do FUNRURAL permanece. Por isso, exigimos de novo, a inclusão no Programa do INAMPS, da construção de um Hospital do FUNRURAL nas sedes dos municípios de Porção de Pedras e de Esperantinópolis, o atendimento e a fiscalização dos Hospitais do FUNRURAL de Lago da Pedra e de Pedreiras.

Lembramos que as nossas exigências, estão dentro do que a Lei da Previdência Social manda.

Afirmamos a nossa disposição de continuar a luta porque sabemos que só unidos e lutando, vamos conseguir a melhoria de condições de vida e saúde.

Mulheres e homens reunidos em Assembléia Popular de Saúde no dia 18 de abril de 1981, em Porção de Pedras — MA.



DECLARAÇÃO DE EVANGÉLICOS CONTRA O TERROR

... e eles transformarão suas espadas em arados e suas lanças em podadeiras... (Isaías 2.4).

Não acreditamos na violência. Pertencemos a uma tradição que afirma que "os mansos herdarão a terra" (Mt 5.5), e que passa por Jesus Cristo, vítima dos poderosos, S. Francisco de Assis, apóstolo da bondade, Mahatma Gandhi, profeta da não-violência, Martin Luther King, pacifista assassinado pelo terror.

Sentimos que nossa gente está cansada de se ver à mercê do arbítrio daqueles que têm acesso aos instrumentos de intimidação e morte. Cada ato de terror é mais um golpe na esperança, que luta por renascer. O medo está misturado com o ar que respiramos.

Acontece que um país não se constrói sem confiança e tranquilidade.

É necessário que as pessoas andem, trabalhem, pensem organizem-se e escolham o seu futuro, livres do medo e livres de ameaças.

Mas, protegidas pelas sombras, há forças que pretendem destruir, impondo-se pela violência. Elas temem a liberdade do povo. É o terror.

Até quando continuará a violência?
Até quando permanecerá o segredo?
Até quando os culpados ficarão incógnitos e impunes?
Até quando teremos de respirar o medo?

Em nossa tradição a primeira e mais importante função da autoridade é proteger os fracos e pôr fim à violência dos violentos. As ovelhas devem ser protegidas contra os lobos. Os lobos uivaram. Já fizeram vítimas. O rebanho está em pânico.

É hora do Governo ouvir o clamor do povo.

Urge:

1. Descobrir e punir os culpados;
2. Desmantelar os aparatos de terror;
3. Garantir aos mansos e pobres aquilo que nossa tradição cristã lhes promete: a posse pacífica da Terra a eles dada como herança na qual, demolidos os instrumentos da violência e exploração, se construirá um futuro fraterno de justiça e paz.

NOTA OFICIAL DA DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

No dia 3 deste mês — na região do Baixo Araguaia, nas proximidades do povoado de Itaipavas, foram seqüestrados de dentro de suas posses, por 8 agentes da Polícia Federal, armados de revólveres, fuzis e metralhadoras, três lavradores — Raimundo Ferreira dos Santos, José Nilson de Amorim e Édson Romão da Silva, acusados de terem participado de um conflito armado de que saiu morto um conhecido pistoleiro.

Os três lavradores foram levados para uma fazenda onde foram espancados com socos, tapas, pontapés e golpes de karatê. Foram amarrados nus durante dois dias e um deles ficou suspenso no pau-de-arara com a cabeça sendo batida num tronco de árvore. Tudo isto para que se incriminassem da morte do pistoleiro e acusassem diretamente o vigário da Paróquia — o Pe. Aristides Camio, o advogado da Comissão Pastoral da Terra, Paulo Fonteles e a agente de pastoral. D. Oneide Costa Lima, viúva de Raimundo Ferreira Lima (Gringo) de serem mandantes de assassinatos e de invasões de terras.

Depois de alquebrados pelas torturas sofridas foram levados de avião para Marabá onde na sede do GETAT assinaram documentos forjados. Entregues no dia 06/04/81 na Delegacia da Polícia de Conceição do Araguaia, onde se encontraram ilegalmente presos, foram submetidos a exame de corpo de delitos, constatando-se marcas e seqüelas das violências sofridas.

A Diocese de Conceição do Araguaia clama contra as violências empregadas contra estes três posseiros e protesta contra a tentativa de incriminar o Pe. Aristides, o advogado Paulo Fonteles e D. Oneide Costa Lima.

Apelamos às autoridades competentes de tomarem as necessárias providências para punir os responsáveis destas violências e promover o respeito aos Direitos Humanos e a prática da Justiça Social.

Conceição do Araguaia, 09 de abril de 1981

Dom Patrick Joseph Hanrahan



CARTA ABERTA À POPULAÇÃO DOS OPERÁRIOS DA FIAT-RJ

Companheiros Trabalhadores:

Virou moda neste País demitir os trabalhadores ou reduzir nossos salários. De repente como se fôssemos "sucata velha", vamos parar no olho da rua para favorecer a sede vampiresca de lucros dos patrões e dos seus lacaios.

Os Armelines, Balestras, Reinaldis, Polis.

Na Fiat, são os patrões italianos. São nossos algozes! Possuem sua polícia própria, agridem e punem arbitrariamente para criar um clima de terror. Controlam elementos na Justiça Trabalhista, não cumprem acordos salariais. O Sr. Poli inventa "técnicas científicas" e obriga a trabalharmos em várias máquinas ao mesmo tempo. Através da RIGA somos mal alimentados. Não respeitam nossos operários mais idosos ou mesmo aqueles que trabalhando para esses vampiros aqui se acidentaram ou contraíram doenças-profissionais, que marcam para toda vida.

Somos em 3 anos e meio, 3.382 demitidos. É a violência praticada impunemente contra o trabalhador brasileiro. 3.382 operários de que sugaram o sangue e agora jogam fora como se fôssemos lixo. Usaram e abusaram de nossas forças de trabalho. Ficaram mais bilionários e agora inventam crises e demitem, como ocorreu no dia 29 de abril, em que mais de 250 operários foram para a rua. **Basta!!! É nosso grito!!!**

Neste país temos que dar um basta a essa mania patronal de demitirem seus funcionários. **NUNCA** dividiram seus lucros, e agora querem dividir seus prejuízos.

As multinacionais, apoiadas por políticos governamentais, impuseram o FGTS, que é a principal arma "legal" para criar a rotatividade de mão-de-obra e o imenso "exército de famintos", de desempregados. Muitos de nossos companheiros quando desempregados aceitam toda forma de humilhação patronal.

O desemprego é o início de uma vida de miseráveis e o início da marginalidade e da prostituição:

Por isso é que os 3.083 trabalhadores da Fiat estão em greve, por tempo indeterminado. É GREVE PARA MAIS DE UM MÊS. Comeremos mal, ficaremos endividados, mas uma coisa é certa: garantiremos o direito ao emprego de nossos demitidos e de nós mesmos.

Esperamos que o Governo não favoreça a Fiat ainda mais. No ano passado a Fiat ganhou 800 milhões em incentivos fiscais. O que equivale a toda folha de pagamento de 1980.

Não é justo transferir benefícios tributários da população para empresas bilionárias que desgraçam a vida do operariado brasileiro. Da mesma forma esperamos que a polícia não se lance contra nós, os trabalhadores. Devem sim, combater esses patrões que vivem no luxo enquanto os trabalhadores têm que se resignar com sua vida miserável.

A Fiat e seus agentes, como o Sr. Capitão Wilson Cerqueira, conhecido pelo peleguismo pró-patrões, não confiava que os trabalhadores e seus representantes da Comissão Interna de Empregados fossem reagir. Pensavam que nós pudéssemos viver subordinados e humilhados pelo medo. Se esqueceram que nossa classe operária tem uma longa tradição de luta em defesa de seus direitos e de sua liberdade.

Nós estamos aí, firmes na luta, cabeça erguida até a vitória final!

Queremos de volta nossos dois representantes, os 250 companheiros demitidos e estabilidade no emprego durante um ano.

Companheiros

É melhor ser um grevista dentro da fábrica do que se tornar um marginal na rua, ou admitir nossos 250 companheiros ou colocarmos os 3.000 na rua!

**Comissão Interna e Delegação
maio de 1981**

EVANGÉLICOS SOLIDÁRIOS COM A LUTA DOS OPERÁRIOS DA FIAT

Pois a Escritura declara: Não amordaces o boi, quando pisa o grão.

E ainda:

O trabalhador é digno do seu salário.
(1 Timóteo 5.18).

Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram os vossos campos, e que por vós foi retido com fraude, está clamando; e os clamores dos ceifeiros penetraram até aos ouvidos do Senhor dos Exércitos.
(Tiago 5.4).

Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego
(Declaração Universal dos Direitos Humanos — Artigo 23)

O direito ao trabalho, com remuneração digna e justa é um dos postulados da Bíblia. É direito fundamental pelo qual lutam as Igrejas Evangélicas desde a sua origem.

Por isso nós — pertencentes às diversas tradições protestantes e inspirados nos ensinamentos da Sagrada Escritura, bem como referindo-nos à Declaração Universal dos Direitos Humanos — acompanhamos solidários a luta dos operários da Fiat do Rio de Janeiro pela garantia de seu trabalho e pela volta dos companheiros injustamente demitidos.

Entendemos que sua luta tem significado mais amplo: É a luta do trabalhador brasileiro pela garantia dos recursos que lhe possibilitem sobreviver dignamente, sem ameaças de desemprego e miséria que reduzam seu trabalho livre a trabalho escravo. Tem sua luta pleno conteúdo evangélico com apoio legal declarado.

Nesta nossa expressão de solidariedade, apelamos às autoridades e a todo o povo para que se coloquem ao lado dos que estão tendo ameaçados seus direitos básicos de lutarem contra a fome e o desemprego.

Seguem-se as assinaturas de:

Rev. Paulo Ayres Mattos
Bispo da Igreja Metodista

Rev. Carlos Cunha
Presidente do Presbitério Rio/Norte — Igreja Presbiteriana do Brasil

Prof. Jether Pereira Ramalho
Igreja Evangélica Congregacional e Assessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rev. Domício Pereira de Matos
Vice-Presidente do Presbitério Rio/Norte — Igreja Presbiteriana do Brasil

Rev. Zwinglio Motta dias
Secretário Geral do Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rev. Mozart João de Noronha Melo
Presidente da Igreja Cristã de Confissão Reformada

Rev. Jonas Neves Rezende
Presidente do Conselho Pastoral da Igreja Cristã de Confissão Reformada

Rev. Alberico Baeske
Superintendente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — Distrito Rio de Janeiro/Espírito Santo

e de muitos outros participantes de Igrejas Evangélicas (Pastores e leigos)

NOTA OFICIAL DA ARQUIDIOCESE DE SÃO LUÍS

1. É vergonhoso que a decantada civilização moderna esteja sendo marcada pela escalada crescente de violência!

2. Nossa São Luís acaba de sofrer mais violência, sempre cometida contra pobres indefesos.

3. Trinta e uma (31) famílias pobres, residentes no bairro Tirirical, sob forte pressão, foram sendo desalojadas de seus casebres, culminando com a danificação das últimas casas restantes, com a perda de seus pertences, e, muito mais, com a perda de segurança e tranquilidade de seus modestos lares.

4. Um grupo de homens fortemente armados, foram os autores desta desumanidade, sob o comando direto do senhor Arcelino Brito.

5. O Padre Marcelo Passerini, fiel à sua opção preferencial pelos pobres, tendo também ele procurado a defesa das vítimas desta violência, foi também vítima, pelo mesmo grupo, de um forte soco no rosto, tendo recebido diversas penadas de facão, procurando defender-se pacificamente.

6. A chegada da Polícia Federal, neste momento, livrou o Padre Marcos Passerini de possível morte. A Polícia Federal prendeu então os agressores e os conduziu à repartição competente onde foi lavrado o ato de flagrante delito.

7. Sinto-me satisfeito de poder registrar, a bem da verdade, a justa e pronta atuação da Polícia Federal e da Polícia Estadual.

8. Toda a Igreja de São Luís solidariza-se com o Padre Marcos Passerini pela sua constante e firme conduta na defesa de nossos irmãos quase sempre, sem voz e sem vez.

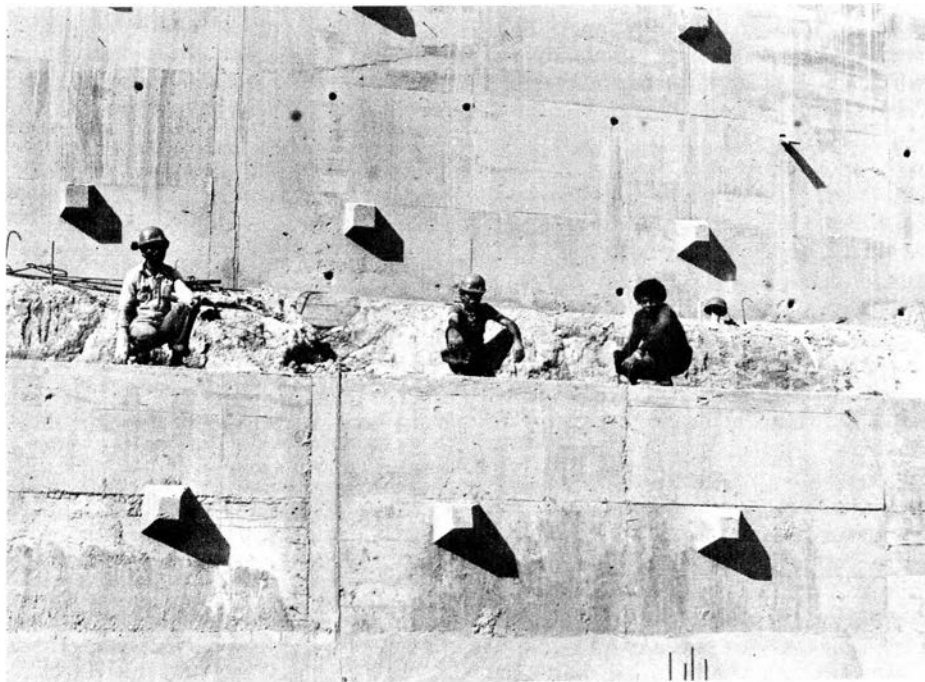
9. Toda a Igreja sofre também os sofrimentos de irmãos pobres, constantes vítimas dos agressores e de injustiças.

10. Apela, confiante, aos pobres legitimamente constituídos no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias para que o nosso querido Estado seja libertado, de uma vez por todas, dessa vergonhosa situação de violências, sobretudo, quando se dispõe dos meios legais de defesa a cargo do poder Judiciário.

11. Que Deus, "rico de misericórdia", conceda-nos a todos nós os dons de Discernimento e de Fortaleza para vermos e executarmos seu projeto de Amor, em favor de todo "homem e de todos os homens", para a construção da "Civilização do Amor".

Dom João da Motta Albuquerque
Arcebispo de São Luís

São Luís, 23 de abril de 1981



Depoimento

JOAQUIM ARNALDO

Joaquim Arnaldo é um sindicalista metalúrgico desde antes de 1964. Foi militante da JOC — Juventude Operária Católica —, e da ACO — Ação Católica Operária. Participou da Coordenação Latino-americana da JOC. Foi candidato a vice-governador do Estado pelo antigo PDC — Partido Democrata Cristão. Pela sua militância cristã foi diversas vezes processado e preso. Em 1980, foi candidato à presidência do Sindicato dos metalúrgicos pela Chapa 2. É membro da Pastoral Operária de Nova Iguaçu e da direção nacional do Partido dos Trabalhadores. Casado e pai de cinco filhos.



O Sindicato antes de 64 e a Campanha Salarial de 65

Comecei minha vida sindical nos metalúrgicos em 1962, mas não era metalúrgico. A fábrica em que eu trabalhava, apesar de ser uma fábrica de esquadrias metálicas, pertencia à construção civil. Depois foi criando estrutura própria e foi enquadrada no Sindicato dos Metalúrgicos. Aí eu fiz o trabalho todo de sindicalização pro pessoal do Sindicato dos Metalúrgicos e fui eleito delegado geral da fábrica. Havia grandes assembléias naquela ocasião. Interessante a diferença daquela época com a época de hoje...

Havia grandes lideranças no Sindicato e a categoria era influenciada por essas lideranças e as decisões eram praticamente levadas por essas lideranças.

Houve greves gerais dentro da categoria, mas eram iniciativas das lideranças e não da categoria. E a movimentação era igual à agitação política que tinha naquele tempo. Até certo ponto uma euforia. Mas tudo vindo de cima pra baixo, não era uma coisa que partia das bases para cima. A categoria participava obedecendo às lideranças. Quando vinha a ordem de paralisação, havia paralisação mesmo. Parava tudo. Porque naquele tempo a gente sentia que a liderança que levava o movimento era realmente uma liderança. Tinha Juvenal, tinha Mário, tinha Benedito Cerqueira, tinha aquela turma toda que comandava realmente o movimento do setor metalúrgico.

Quando veio o golpe de 64 houve intervenção no Sindicato. Na campanha salarial de 64 fui eleito para a comissão de salário, negociando com os patrões que estavam muito eufóricos. Diziam que tinha acabado a bagunça, que podia haver um acordo, uma harmonia entre capital e trabalho, que os comunistas tinham se afastado. Por demagogia, saiu naquele tempo até um aumento. Um dos maiores que tinham saído. Nós conseguimos em 64, 95%

de aumento mais 25% em fevereiro o que deu uma média de 125% neste acordo que foi feito.

Em 1965, houve uma mobilização muito grande e uma grande assembléia. O Sindicato estava sob intervenção. Primeiro, foi o Davi — da Fábrica Nacional de Motores — que teve muita coragem. Foi um cara que furou o esquema do Ministério do Trabalho e deu cobertura à categoria. E com isso houve uma intervenção na intervenção. Afastaram o Davi e colocaram o Zé Gomes da GE. O Zé Gomes, pressionado pela categoria, tentava também levar uma luta, só que ele se moldava exatamente dentro da norma que vinha do Ministério.

Na paralisação de 65 houve uma assembléia tão cheia que ele só conseguiu chegar à mesa entrando pelos fundos. Daí baixaram a nova política salarial e falaram que seria uma experiência de 3 anos. Na ocasião se pedia 90% de aumento. Mas o Ministério disse que era 57% e a direção do sindicato aceitou e acabou com a greve. Foram poucos dias de greve, dois ou três dias, uma coisa assim. Quando todo mundo voltou é que o pessoal começou realmente a ver que tinha uma política que era imposta. E, a partir daí, o pessoal começou a não acreditar mais no Sindicato e viu que o Sindicato não era mais um órgão de luta dos trabalhadores. E aí houve um grande desinteresse pelo órgão da categoria. Isto tudo porque os interventores obedeceram à ordem do Governo e do Ministério. Disse que era 57%, estava acabado o negócio. E estava terminada a campanha.

E a partir daí começou a movimentação. As militâncias, os que escaparam do golpe, os que não foram presos, os que não tiveram que sair continuaram dentro das fábricas. Então deu-se a possibilidade da mobilização.

Os Delegados Sindicais de Fábrica

Na ocasião havia uma estrutura no Sindicato mais ou menos razoável que eram os delegados de fábrica. Havia duzentas e poucas delegações de fábrica. O delegado na fábrica, naquela ocasião, era escolhido ou na base da eleição ou na base da lista. Escolhiam-se os delegados dependendo do tamanho da fábrica. As fábricas grandes tinham um representante por secção e um delegado geral. E então, ou se fazia a eleição, ou a lista e corriam as assinaturas. Tinha fábrica de 500, 600, 700 pessoas que assinavam indicando o delegado. E a diretoria depois de receber as listas oficializava e comunicava à fábrica que os delegados representantes do Sindicato dentro da fábrica eram Fulano e Beltrano.

Mas aí, de 65 pra cá, as firmas começaram a impor, mandando embora os delegados. E a estruturação dos metalúrgicos não teve mais sustentação por delegado. Antes de 64, mandar embora um delegado era parar uma fábrica. Depois de 65, depois da greve, mandar delegado embora não parava a fábrica e foi quando os patrões arrebentaram com o quadro de delegados sindicais.

Na minha fábrica éramos cinco. Um delegado geral e mais quatro: um tesoureiro, um secretário e dois representantes de secção. Era uma fábrica de porte médio. No quadro geral do Sindicato as grandes empresas tinham suas delegações como as de médio porte e as pequenas. As grandes empresas tinham as maiores delegações. E eram a GE, a Eletromar, a Remington, a FNM. Os delegados eram escolhidos com o aval da empresa e começou a haver, a partir disto, uma certa desmoralização do representante de fábrica dentro da empresa. Este foi um caso típico que aconteceu na FNM que manteve o quadro de delegados porque se adaptaram à estrutura da ocasião.

A Campanha Salarial de 68: a ameaça de greve

Em 1968, houve uma mobilização boa dentro da categoria. Houve uma preparação para uma movimentação grevista. Mas houve um erro da direção da campanha salarial. Eu fui relator em 68 da comissão de salários. O erro foi que colocamos um ponto único pra reivindicar. Era derrubar, furar a lei do arrocho salarial. E quando o Governo percebeu que os metalúrgicos estavam montando um esquema nacional para parar, e com eles parariam os bancários do Rio, Belo Horizonte e São Paulo — só esperando a greve dos metalúrgicos do Rio — o Governo interveio junto ao Ministério do Trabalho.

Por exemplo, não chegamos a nenhum acordo com os patrões, pois imediatamente eles entraram com um dissídio. E o Governo agiu através da Justiça. Nós pedíamos 35% de aumento e o índice do Governo era 23,8%. Os ministros votaram e saiu um aumento de 30% e com esta solução resolveram o problema do Governo. Nós chegamos à assembleia sem saber o que fazer pois se a greve saísse saíria ilegal, pois fizemos tudo dentro da lei. E quando apresentei o que realmente havia ocorrido, a assembleia quase por unanimidade — houve um grupo muito pequeno que não aceitou e queria partir pra greve — se sentiu realmente satisfeita com o furo da lei do arrocho salarial. Mas, foi a grande jogada do Governo.

De 1969 a 1978

Depois da campanha dos metalúrgicos em 1968, o Governo baixou um decreto proibindo a Justiça de votar qualquer índice acima do índice do Governo. Aí a Justiça ficou com os pés e as mãos amarrados e não podia julgar outra coisa a não ser o índice do Governo.

Em 1969, quando a repressão foi muito grande, a assembleia criou a comis-

são de salário que logo em seguida foi presa na sua maioria. Eu tinha sido eleito também e fui um dos poucos que escapei de ser preso. Foram presas as lideranças das fábricas. Eram 41 companheiros presos. E de 69 pra cá foi uma repressão violenta em cima do Sindicato dos Metalúrgicos e isso esvaziou qualquer tipo de mobilização e movimentação. Com as lideranças impedidas de agir, os trabalhadores foram discutindo novas formas de luta.

Em 1976, houve uma campanha mais ou menos que tentava mobilizar através do Sindicato. Foi eleita uma comissão de salário muito boa. Era o Juca, o Chagas e eu, e tentamos levar as discussões para as bases, pras delegacias. E a gente fazia assembleia nas delegacias, tentando movimentar a categoria. Mas como havia muita retração, as assembleias não eram cheias. A assembleia maior que conseguimos foi uma de 300 pessoas. Lá na delegacia de Paracambi.

Em 1977, veio a campanha salarial e tinha também a campanha eleitoral. Então a diretoria do Sindicato, o Adalberto, nem tentou mobilizar a categoria. Tanto que o acordo foi assinado pela diretoria sem a participação da assembleia, sem nenhuma decisão de assembleia. Ele foi lá, assinou o acordo e pronto! A própria diretoria assumiu a responsabilidade.

Quando foi em 1978, já com a nova diretoria eleita, tentamos fazer uma mobilização e chegamos a levar um bom número de companheiros. Mas ainda assim assinamos o acordo. Nós sentíamos que não havia a possibilidade de uma paralisação. Este acordo foi mais ou menos razoável: 13% acima do índice...



A greve dos 250 mil metalúrgicos em 1979

Em 1979, a campanha começou cedo, no mês de junho. E como estava estourando greve em diversos Estados, o clima de mobilização no Rio de Janeiro era muito maior. A grande diferença que houve nesta campanha é que a turma que estava mobilizando a categoria era uma turma mais jovem e que não tinha muita experiência de greve. Mas era uma turma muito boa, que participava mesmo e até se sacrificava na distribuição do material durante noites e noites. A mobilização era tão grande que, naquela ocasião, se os patrões dessem 83% como estávamos pedindo, mesmo assim a greve sairia. Porque parecia que era uma questão de honra da categoria paralisar. Isso a gente sentia nos últimos contatos de fábrica, de distribuição de material. Quando a gente entregava o material, o pessoal dizia logo: "A gente não quer saber de material, a gente quer saber se a gente vai parar, quando é que vai ser a greve, qual o dia que vai parar?" E isso era uma exigência do pessoal dentro das fábricas.

O interessante foi o que ocorreu nas negociações. Os patrões estavam dispostos a que não houvesse greve. E estavam tentando tudo para evitá-la. E diziam claramente pra gente que iam dar um exemplo ao Brasil. Que a categoria dos metalúrgicos junto com os patrões eram capazes de fazer um acordo e evitar a greve.

Eles começaram a proposta de 49% e depois foram pra 53%. Nossa proposta era de 83%. Eles pediam um parâmetro, e a gente dizia que não tinha condições de ter parâmetro porque a gente só tinha autorização da assembleia pra negociar os 83%. Eles foram subindo, subindo, até chegar em 73%.

Quando nós paramos, os metalúrgicos do Rio, os seis dias, conseguimos mais 2%, ficou em 75%. E o clima que eles criavam era de demagogia, para dar o

"exemplo ao Brasil de que os patrões do Rio estavam entendendo a situação dos metalúrgicos". Mas, eles estavam mesmo é fazendo tudo para evitar a greve.

Quando a greve estorou, eles pararam as negociações com a gente. Foi necessário forçar para que houvesse novas reuniões. E o clima destas novas reuniões, durante a greve, era um clima totalmente diferente. Porque antes eles faziam um clima de amizade, uma discussão que não era radical. No clima da greve eles sustentaram o negócio e só com a interferência dos empregadores, que realmente tinham uma liderança, é que a proposta de mais 2% foi aceita para sair do impasse.

A greve foi muito boa no Rio. Nós não tínhamos condições de fazer uma previsão do que seria o primeiro dia de greve. Quem se aproximou mais fui eu que achava que no primeiro dia nós pararíamos 100 mil metalúrgicos. No entanto, no primeiro dia parou 80% da categoria. E no segundo dia os jornais falaram em 95% parados. Isto foi uma grande surpresa pra gente que não esperava uma adesão tão grande logo no primeiro dia. A gente se preocupava com as fábricas de médio e pequeno porte, pois essas seriam mais difíceis de parar... Foi realmente uma surpresa.

Nós começamos cedo a campanha. Os contatos e a divisão de área facilitaram muito. A gente fazia reunião por áreas. O Rio foi dividido em 13 áreas e tinha reunião de área que compareciam 600 pessoas. Quero dizer que a mobilização foi muito bem feita. Tanto que pegou. Pra 79 foi positiva esta divisão por área. Como ninguém tinha condição de participar das reuniões nas 13 áreas, ninguém tinha condição de avaliar exatamente a paralisação geral do primeiro dia.

Houve um clima muito tenso na greve. Havia o julgamento da greve instalado pelo Ministério do Trabalho. Toda hora se falava numa intervenção no Sin-



dicato porque a greve havia sido considerada ilegal. Coisa que não ocorreu. O Governo não fez, mas isso foi um clima muito tenso dentro da categoria e dentro da direção do sindicato. Os patrões tinham interesse em divulgar as coisas, os jornais todos falavam na intervenção no Sindicato. Mas a categoria não recuou em relação a isso. Numa sexta-feira, houve uma assembléia às 3 horas da tarde pra ver se aceitava a proposta patronal de 75%. Eu, como relator, apresentei a proposta e pedi que o pessoal não decidisse ali, mas que voltasse pra casa e se convocaria uma nova assembléia pra decidir no domingo.

Na assembléia de domingo apresentei a proposta que a assembléia devia aceitar: voltar ao trabalho ou continuar em greve até saber o que os patrões iam fazer com a gente, convocando uma assembléia para segunda-feira à noite. A outra proposta era de convocar uma assembléia para o fim de semana, voltando ao trabalho, para analisar a situação.

Houve uma divisão muito grande. Ficou quase pau a pau se voltava pro trabalho ou continuava em greve. Dos que estava fora do Sindicato não dava pra saber se queriam ou não voltar ao trabalho. Dos que estavam dentro se notou que uma grande maioria queria a continuação da greve.

Eu, pessoalmente, acho que foi um erro a continuação da greve na segunda-feira. Eu acho que tá provado, inclusive dentro da categoria, que houve um erro na continuação da greve. Mas a maioria se expressou pela continuação.

A greve continuou na segunda-feira. E a repressão foi muito grande. Não era que as fábricas não estivessem paradas, mas alguns companheiros queriam trabalhar. Então, vieram os piquetes pra conversar com os companheiros pra mostrar que a luta tinha que continuar. Na segunda-feira nenhum piquete conseguiu encostar nas

portas das fábricas pra falar com os companheiros. Estavam todas cercadas pela polícia. Foi um dia duríssimo. E na assembléia da noite os mesmos elementos que domingo tinham falado pela continuação da greve pediram a suspensão dela. E ficou provado que foi falta de tática. E a greve foi suspensa na segunda-feira sem conseguir nada mais do que se havia conseguido. Daí deu uma certa impressão de derrota, porque na assembléia de domingo os patrões não tinham feito nenhuma outra proposta que melhorasse a situação e na segunda-feira o pessoal recuou e voltou ao trabalho sem nenhuma proposta melhor.

Eu tenho uma outra visão em relação a isso. Para mim o pessoal que voltava sabia que a situação nas fábricas e a repressão continuariam as mesmas. Não ia mudar nada. Então pra mim este desânimo no pessoal demonstrava que sabiam que a própria estrutura da fábrica não ia modificar nada. E aí surgiu, depois da volta ao trabalho, a dispensa imediata no dia seguinte. Muitos patrões mandaram gente pra burro pra rua, por justa causa. E correu na categoria que os patrões iriam descontar os seis dias de greve. E isto foi mais um baque para a categoria que sentiu que ia perder seis dias de trabalho. Talvez isso tenha colaborado muito para o desânimo...

Comparação entre o Sindicalismo pré-64 e o Sindicalismo atual

A diferença grande que eu acho é que, antes de 64, havia quadros de militância bem maior dentro das fábricas e havia um quadro de dirigentes, de líderes sindicais. Hoje a liderança que existe é uma liderança toda nova. Nesta liderança que agora existe o conhecimento não é na categoria mas é dentro da fábrica. Os quadros são de gente nova, que tem vontade de fazer as coisas, mas que ainda não tem uma projeção dentro da categoria como era antigamente. Naquele tempo tinha também a influência das direções dos

próprios órgãos sindicais. Quer dizer, dos Sindicatos, da Federação, da Confederação, do CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) que existia naquele tempo. E havia uma influência da liderança e dos dirigentes muito grande. Hoje não há de jeito nenhum. Não existem lideranças das direções sindicais. Os próprios dirigentes, mesmo do Sindicato dos Metalúrgicos, não tem liderança na categoria. Esta é a diferença que vejo.

O pessoal antigo, que antes era militante, praticamente foi a reboque desta coisa nova que surgia dentro das fábricas e que era iniciativa dos próprios trabalhadores. O pessoal mais antigo participou praticamente na greve. Alguns ajudando, outros só aderindo à coisa. A gente via, nas comissões de área, nas comissões de fábrica, a participação de toda esta gente nova. O pessoal mais antigo nem participava dessas reuniões.

Se antes existia um quadro de militância que tomava a iniciativa, desta vez surgiu assim dos próprios trabalhadores dentro das fábricas esta iniciativa.

Isso não quer dizer que eles dificultaram. Não. Quando houve a paralisação eles também pararam. Alguns ajudaram em outras fábricas — não na fábrica deles — mas ajudaram em outras fábricas. Outros não ajudaram, mas pararam também e não fizeram nenhuma pressão pra voltar a trabalhar como fizeram alguns companheiros de algumas fábricas. Era um número insignificante mas tentavam ir trabalhar. Esses antigos companheiros não fizeram isso.

Este depoimento é extraído de uma entrevista realizada em outubro de 1980. Dela participaram José Sergio Leite Lopes e Francisco Lara.

O ABC DE 1980

Hercules Corrêa
Civilização Brasileira, 1980

A pretexto de analisar a greve dos metalúrgicos do ABC em 1980, limitando-se “às circunstâncias estruturais e conjunturais mais imediatas que definiram o movimento” (p. 1), Hercules Corrêa expõe, na verdade, a posição de seu partido, o Partido Comunista Brasileiro, no movimento operário brasileiro.

O objetivo da “análise” não é esclarecer o que foi a greve, mas sim, segundo o autor, fazer uma apreciação de seus “equivocos”. E, obviamente, estes equivocos são interpretados a partir das táticas e estratégias de um único partido político — o PCB. Especialmente, a proposta da unidade das oposições e a da unidade sindical. Em função dessas posições políticas aparecem na “análise” da greve, críticas ao que Hercules Corrêa chama de “tendências ao isolamento”, “um estilo de sindicalismo de negócio” e “idéia do pluralismo sindical, via sindicato por empresa”, que se expressariam na prática política do sindicato de São Bernardo. Os dirigentes desse sindicato, mais do que os de São Caetano e de Santo André, teriam cometido, no decorrer da greve, vários “equivocos” de avaliação, demonstrando uma compreensão falha da realidade política e social do País. A expressão disso é que misturaram na pauta de reivindicações itens que deveriam tratar só com os patrões com outros que deveriam ser tratados com o Governo. Entende o Sr. Hercules Corrêa que, no momento da revisão de acordo salarial, não se devem confundir as reivindicações de ordem econômica com as de cunho político.

As chamadas instâncias econômica e política devem, podemos concluir, ficar bem separadas, porque senão, dá no que deu — derrota do movimento grevista. Onde já se viu ter a pretensão de acabar com a rotatividade da mão-de-obra (uma das reivindicações dos grevistas) por meio de uma greve de metalúrgicos? O “equivoco” dos dirigentes metalúrgicos está em que não perceberam que “isso exige uma ação unitária e ampla de toda a massa trabalhadora” (p. 34).

Na “análise” de Hercules Corrêa acontecem coisas do seguinte tipo: a orientação dada à greve pelos sindicatos do ABC, especialmente o de S. Bernardo, reflete uma



posição *apolítica* (característica dos sindicatos de negócios norte-americanos, “tipicamente pequeno-burgueses”) que não conseguiu ou não quis entender “o conjunto de fatores que lhes eram adversos” (p. 46). Ao contrário, o presidente da Federação dos Metalúrgicos, Argeu Egídio dos Santos, é visto como um “bom sindicalista reformista” (p. 44), que soube entender a jogada dos patrões e do Governo e conduziu-se habilmente na negociação. Pois é, nada como o reformismo..

No capítulo em que trata da ação da Igreja Católica na greve, reafirmando os preconceitos de seu partido, Hercules Corrêa insinua que os capitais europeus fazem pressão sobre a economia brasileira através da Igreja Católica (p. 71). Esses capitais têm uma nacionalidade — alemã — e daí nada mais evidente, para o autor, do que a aliança (sic) da Igreja Católica com o Partido dos Trabalhadores, “um partido social-democrata, não anticapitalista” (p. 74). Além do mais, o apoio da Igreja na greve evidencia que essa instituição tem objetivos políticos definidos, igualmente “equivocados”, ao pretender que operários de uma categoria profissional substituíam a classe operária e a maioria da sociedade na luta contra o regime.

Ainda com relação à presença da Igreja na greve, mais dois pontos a considerar: primeiro, que essa participação é vista a partir das figuras de D. Claudio Hummes e de Frei Betto, sem nenhuma referência às organizações de base, aos militantes católicos, talvez porque Hercules Corrêa entenda que quem faz a greve são as direções. O segundo ponto é que, mesmo em sua crítica, o autor não esquece de deixar a porta aberta para futuras alianças “táticas” com os setores católicos, dada “a importância da Igreja nas lutas sociais, em geral, em busca de justiça” (p. 75).

Em resumo: criticando a política de confronto posta em prática na greve, especialmente pelo Sindicato de São Bernardo, Hercules Corrêa usa a “análise” para reafirmar as suas posições político-partidárias, vendo o movimento do ABC como derrotado por não terem seus dirigentes acatado as sábias sugestões (e gestões) dos brilhantes membros do PCB.

Se os leitores estiverem interessados em compreender a greve dos metalúrgicos do ABC em 1980, deverão procurar outros livros e autores. Aqueles que se contentarem ou quiserem conhecer a posição do PCB, e de um membro de seu Comitê Central, durante a greve e no movimento sindical em geral, então — e só então — vale a pena ler esse livro.

HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Ação Católica Operária do Brasil

Desde 1976 a Ação Católica Operária do Brasil vem publicando uma história da classe operária que realmente valorize “o trabalho e as lutas dos índios, dos negros escravos, dos pobres, dos explorados, dos camponeses, dos operários, enfim, do povo brasileiro”.

Já foram publicados três cadernos. O primeiro, “Gestão e Nascimento”, abrange o período de 1500 a 1888. Termina, na verdade, com uma referência à greve dos operários norte-americanos de 1º de Maio de 1886, com a prisão e morte de muitos homens, mulheres e crianças, todos trabalhadores. Essa greve, ocorrida em Chicago, e que resultou na morte por enforcamento de cinco líderes operários, tornou-se o símbolo da luta dos trabalhadores pelos seus direitos.

O segundo caderno — “Infância Dura” — cobre os fatos históricos do período de 1888 a 1919. Divide-se em três partes: 1) “A industrialização do Brasil e o sistema capitalista”; 2) “a classe operária, seu movimento e sua organização”, que retrata o crescimento da classe operária, as condições de vida do trabalhador, como se organizavam na defesa de seus direitos, quais as atividades e reivindicações dessas primeiras organizações operárias, bem como as diferentes linhas e grupos que existiam no movimento operário; 3) “principais acontecimentos da luta operária”, procurando acompanhar, ano a ano, até 1919, as greves, congressos e as lutas operárias mais significativas.

O terceiro caderno, publicado em 1978, cujo título é “Idade Difícil”, divide-se em duas partes. Na primeira, — “Adaptação” —, reconstrói-se a história da classe operária no período de 1920 a 1935. Neste período de crescimento e mudança nos tipos de indústrias e de operários, há já um esboço de legislação social por parte do Governo, como uma consequência das lutas e das reivindicações da classe operária. Ao contrário da história do Brasil oficial, vemos nessa obra da ACO a afirmação de que essa legislação não é uma dádiva, nem uma concessão de Getúlio Vargas, mas sim um produto da luta e da coragem da classe operária. Da mesma forma, podemos acompanhar as dificuldades

e as barreiras enfrentadas pelos trabalhadores na tentativa de se organizarem e melhorarem suas condições de vida e de salário. Da repressão policial, violenta, feita com sabres e patas de cavalos, que limitava a atuação das primeiras organizações operárias, vemos a passagem para a repressão legal, feita pelas leis que regulamentaram a ação dos sindicatos e dos trabalhadores. A questão social deixa de ser uma “questão de polícia” e passa a ser uma “questão política”.

É justamente sob essa perspectiva que, na segunda parte desse caderno, se analisa o período de 1935 a 1945. Em 10/11/1937 inicia-se a ditadura de Vargas que governará, com poderes absolutos, até 1945. Nesse “novo Estado” define-se mais claramente a chamada política getulista de “colaboração das classes” que, na realidade, tinha como únicos beneficiários os capitalistas. Os trabalhadores estavam contidos e impedidos em suas reivindicações, sem poderem contar com as suas grandes armas: a greve e o sindicato. Este, cada vez mais controlado pelo Governo, transformara-se em um sindicato assistencialista, sustentado pelo Imposto Sindical. Apesar de todo o *controle* — título, aliás, dessa segunda parte do caderno — a resistência operária, entretanto, não tinha sido eliminada de todo, e “qualquer brecha de liberdade, logo permitia um renascimento do movimento operário” (p. 116). É o que acontecerá nos anos de 1944 e 1945, até a queda da ditadura Vargas.

Vale a pena ler essa história do trabalho no Brasil, das organizações e das lutas da classe operária que a ACO vem publicando. Com uma linguagem clara, mostrando, de maneira simples e correta, a exploração e opressão dos trabalhadores no desenrolar de sua história e do capitalismo no Brasil. Esses cadernos constituem-se em excelente material de formação e reflexão para todos os que militam nos movimentos populares e no movimento operário.

O GEP E A PRODUÇÃO DOS CADERNOS DO TRABALHADOR

O GEP (Grupo de Educação Popular) do URPLAN (Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC-SP) vem, há mais de dois anos, desenvolvendo trabalhos de assessoria e produzindo cadernos para a Educação Popular.

A escolha de cadernos populares como meios de comunicação e divulgação, esteve pautada em dois motivos: primeiro, porque são instrumentos de baixo custo e de fácil distribuição (podem ser utilizados por vários canais institucionais — paróquias, sindicatos, organizações de bairro, etc...) e, em segundo lugar, porque são instrumentos ágeis o suficiente para permitir a abordagem de temas que estão sendo continuamente suscitados pela conjuntura sócio-econômica e política do País.

Uma das preocupações básicas que têm norteado nossas atividades em Educação Popular é a de sistematizar um saber que emane das experiências cotidianas das classes populares. Ou seja, um saber que sirva como instrumento para as classes populares na veiculação de informações e de discussão crítica da realidade em que vivem. Pretendemos elaborar materiais pedagógicos que retratem um saber elaborado a partir de e com as próprias classes populares.

A produção dos cadernos do trabalhador norteou-se nesse princípio, pois possibilitou que grupos de trabalhadores expusessem com suas próprias palavras a história de suas lutas, tornando-se, assim, não apenas os atores mas também os autores de sua própria história.

Nos dois cadernos elaborados — “4 Dias de Resistência e Luta” e “Forjando o Aço, Forjando a Luta”, os membros do GEP foram apenas os organizadores dos debates, da coleta de dados e da estruturação do texto. Os temas e o conteúdo dos dois cadernos foram eleitos pelos próprios trabalhadores, que também participaram de decisões nas várias etapas do processo de produção. (Exemplo: escolha das fotos e desenhos, fornecendo críticas e sugestões para a primeira versão do texto, título do caderno, etc...).

A Parábola dos Trabalhadores na Vinha: A Bondosa Justiça de Deus Mt 20, 1-16

Gottfried Brakemeier

As parábolas de Jesus são ensino sobre Deus e seu Reino. Elas contam uma história interessante, um acontecimento corriqueiro, um episódio do dia-a-dia das pessoas. Mas o ouvinte atencioso percebe imediatamente: Estas histórias não são reportagens. Elas não pretendem informar sobre fatos ocorridos, antes devem ser entendidas como ilustrações, como narrativas transparentes para um sentido profundo. Jesus, com as suas parábolas, quer mostrar: Assim age Deus e assim devem reagir os homens. Parábolas focalizam um aspecto do Reino de Deus e o explicam com o auxílio de um exemplo da realidade humana. É o que observamos também na parábola dos trabalhadores da vinha introduzida expressamente com as palavras: “Porque o reino dos céus é semelhante a...” Que quer esta história ensinar com respeito ao Reino de Deus? Vejamos o que Jesus nos conta.

A HISTÓRIA

Cedo de madrugada, o dono de uma vinha sai de casa para contratar trabalhadores. Pelo que tudo indica, é um latifundiário que, na época da colheita da uva, precisa de mão-de-obra adicional. Dirige-se, por isto, à praça da cidade próxima, onde jornaleiros (nós diríamos bóias-frias) aguardam quem os empregue. Lá ele contrata um grupo de trabalhadores, combinando com eles o salário de um denário pelas doze horas que se costumava trabalhar ao dia. É salário considerado justo na época, inclusive o é pelos próprios trabalhadores que aceitam a proposta e vão para a vinha.

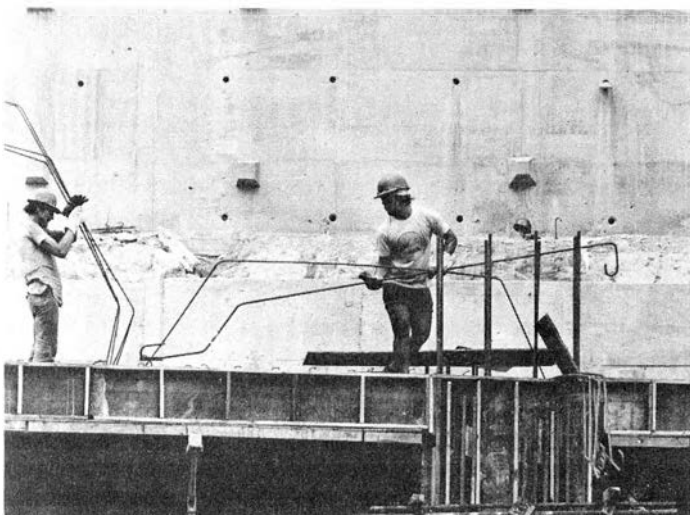
Três horas depois, isto é, às nove da manhã, o patrão sai outra vez em busca de trabalhadores. Assim também ao meio-dia, às três da tarde, e mesmo uma hora antes de terminar o trabalho, ele manda mais uma turma aos seus parreirais. Desconhecemos os motivos que levaram o dono da vinha a proceder assim. Possivelmenteurgia mobilizar toda mão-de-obra disponível a fim de evitar prejuízos na colheita. Ou estaria o dono da vinha mais preocupado com a sorte dos que não conseguiram empregar-se naquele dia? Desemprego sempre tem significado pobreza e fome. Em favor de tal preocupação do senhor da vinha talvez fale a pergunta dirigida aos que ainda às cinco da tarde estão esperando na praça: “Por que estivestes aqui desocupados o

dia todo?” Ao que estes respondem: “Por que ninguém nos contratou.” Seja como for, o dono da vinha contrata trabalhadores em horários diferentes, fazendo um acordo salarial com os primeiros e prometendo dar o que for justo aos demais.

Na hora do pagamento, porém, acontece algo inesperado. O administrador recebe ordens de pagar o salário, começando pelos últimos. Mas não é a inversão que chama atenção. Ela apenas dramatiza os acontecimentos. O que espanta é que todos recebem a mesma quantia. Os últimos recebem um denário cada um. E os primeiros, ao verem isto, ficam inicialmente alegres na esperança de receberem mais, e depois se aborrecem por não se verem correspondentemente privilegiados. Eles se sentem vítimas da injustiça. Trabalharam as doze horas do dia, suportaram o calor do sol e — assim podemos completar — produziram doze vezes mais do que aqueles últimos que mal e mal sujaram as mãos. Daí o seu protesto. Eles vêem desvalorizado o seu trabalho.

No entanto, o patrão tem fortes argumentos para rechaçar o protesto. Em primeiro lugar, ele não feriu o contrato. Não tinha sido combinado exatamente um denário? Então, qual é o motivo para reclamar? Em segundo lugar: Não é ele, o patrão, livre para dispor do que é seu? Pagando aos últimos um denário, “pagou” algo que não devia, fez, portanto, um obra de bondade. Desde quando é proibido ser bondoso? Por isto é de suspeitar que o protesto dos primeiros provém da inveja. Eles ficam desgostosos só porque outros receberam um presente, uma gratificação imerecida? Não deveria ser assim. E a parábola termina, dizendo: Assim, os últimos serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos.

Desta conclusão voltaremos a falar mais abaixo. Antes disto será necessário discutir o protesto dos trabalhadores e a argumentação do dono da vinha. Pois, apesar da força dos argumentos arrolados por este, permanece um mal-estar em nós ao vermos os primeiros assim despachados. Há perguntas a fazer.



PONTOS DE INTERROGAÇÃO

Demos mais uma vez a palavra àqueles trabalhadores revoltados e dificilmente satisfeitos com a resposta do dono da vinha. Eles poderiam dizer: Patrão. Nós reconhecemos que você cumpriu o contrato. Também não nos arrogamos o direito de prescrever-lhe o que deve fazer com o seu dinheiro. Mas veja, deste jeito você está minando toda e qualquer moral de trabalho. Se a notícia desta sua política salarial se espalhar, garantimos que às seis da manhã você não vai encontrar uma só alma na praça. Às cinco da tarde, aí sim, vai sobrar gente, fazendo fila para ser contratada em última hora e levar em seguida o denário. Olhe, patrão, essa sua bondade é perigosa. Alimenta a preguiça. Se a gente dá de graça, o pessoal começa a cruzar os braços. Continue assim, e você vai à falência. Seja mais realista. É um conselho de amigos. Passe bem. Se precisar de trabalhadores outra vez, conte conosco — às cinco da tarde na praça.

A argumentação é lógica. Nenhuma lei trabalhista pode adotar este sistema salarial. Pagamento igual para todos, independente do volume de trabalho e da produção, ou também independente da qualificação e das habilidades individuais, independente da responsabilidade dos cargos e do tipo de atividade — isto passa de uma ficção, de um sonho irreal. Além disto, como se ajusta o procedimento daquele dono da vinha com o princípio defendido pela própria Bíblia, dizendo: “Se alguém não quiser trabalhar, também não coma” (2 Ts 3.10)? Aqui se diz claramente que pelo pão de cada dia se deve trabalhar. O mesmo já podemos ler no livro de Gênesis (3.19): No suor de seu rosto o homem comerá o seu pão. Nestas passagens não se fala em salários gratuitos. Não. Salário se mede pelo esforço, pela energia investida, pelo tempo gasto, etc. Porventura, ele pode ser igual para todos sob tal perspectiva? Aquele dono da vinha parece estar mesmo fora da realidade, sim, até fora do que o próprio Deus ordenou (Gn 3.19). Assim não dá. Nós protestamos em nome da Justiça, em nome de uma sadia moral de trabalho e em nome de uma visão realista do ser humano sempre propenso a optar pelo caminho do menor esforço.

A parábola de Jesus, portanto, contém um escândalo, uma dificuldade muito grande de aplicação concreta. Que Jesus

quer dizer? Na exegese, não raro, se contorna o escândalo em vez de explicar e de agüentá-lo. Antes de tentarmos expor a mensagem desta parábola, voltemos, pois, a nossa atenção àquelas interpretações que julgamos errôneas.

RESPOSTAS ERRADAS

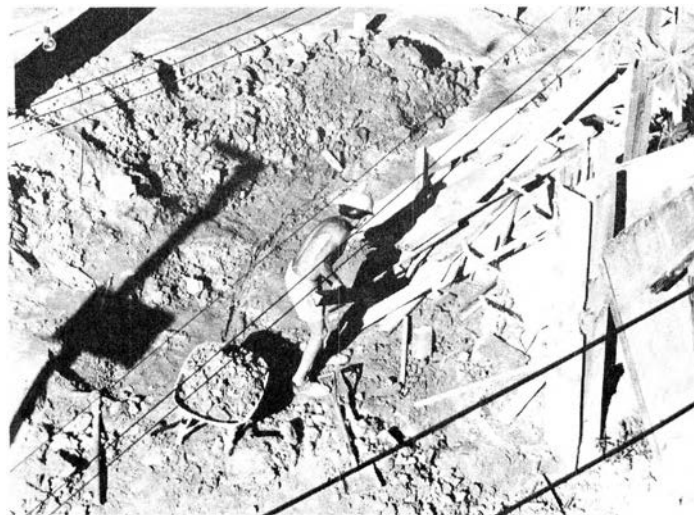
1. Uma interpretação freqüente e, ainda assim, inadmissível, restringe a validade da parábola à esfera puramente espiritual. A parábola, assim se diz, tem a ação de Deus por conteúdo, mas não quer dar instruções referentes a uma justa política salarial. Jesus tem em vista as coisas do Reino de Deus, não as coisas deste mundo. Na sociedade nós temos que continuar com o salário do mérito, caso contrário vamos bagunçar tudo. No Reino de Deus, aí sim, vale o salário da graça. Deus é diferente. Ele não nos paga consoante as nossas obras. Ele perdoa, é bondoso. Em outros termos: Afirma-se a existência de dois mundos lado a lado, estanques, um sem relação com o outro. O mundo da graça, da religião, de Deus por um lado, e o mundo da produção, da concorrência, do salário a ser conquistado com luta e jeitinho, por outro.

Perguntamos: Será possível explicar esta parábola sem falar do salário mínimo, de dinheiro e de justiça social? Por que Jesus deu à sua mensagem forma de parábola que conta coisas deste mundo? Ele inseriu a sua mensagem na situação social de seu tempo, o que seria estranho se tivesse pensado apenas em coisas espirituais. Naturalmente é verdade que a parábola, antes de mais nada, se reporta ao agir de Deus, mas nós insistimos: A ação de Deus, pode ela ficar sem conseqüências no comportamento humano, na sociedade, na política? Uma interpretação que quer excluir estas conseqüências práticas e calar com respeito à vontade de Deus, dificilmente fará jus aos propósitos do narrador da parábola.

2. Outra interpretação errônea se inspira num paralelo da literatura judaica. Por ser altamente interessante vamos transcrever este paralelo e compará-lo, logo mais, com a parábola de Jesus. O famoso Rabi Bun falecera ainda jovem (por volta de 325 d.C. — quer dizer, o paralelo judaico é bem posterior à parábola de Jesus). Eis a parábola, proferida por um de seus amigos no discurso fúnebre:

“Com quem podemos comparar Rabi Bun? Com um rei que tinha uma vinha e contratou muitos trabalhadores para trabalhar nela. Entre eles estava um que era muito mais hábil em seu trabalho do que os demais. Que fez então o rei? Ele o tomou pela mão e caminhou com ele para cima e para baixo. Ao anoitecer, os trabalhadores vieram para receber seus salários, e este um veio com eles e recebeu a quantia integral. Os outros começaram a murmurar, dizendo: Nós labutamos o dia todo, enquanto que este homem trabalhou só duas horas, e, todavia, o rei lhe deu o salário integral. O rei disse-lhe: Qual o motivo que tendes para murmurar? Este homem fez mais em duas horas do que vós num dia inteiro.”

A intenção desta parábola é clara. Por que Rabi Bun morreu tão cedo? Porque ele trabalhou mais nos seus poucos anos de vida do que outros numa vida longa. Rabi



Bun é como aquele homem hábil a quem o rei tomou pela mão a fim de impedi-lo de trabalhar e que, não obstante, recebe o salário integral. Sim, implicitamente esta parábola rabínica afirma: Rabi Bun tinha de morrer cedo, caso contrário teria confundido o sistema de recompensa do próprio Deus. O salário pago por este rei, pois, é salário conforme o mérito, obtido conforme a duração, respectivamente conforme a intensidade do trabalho.

É ilícito introduzir este pensamento na parábola de Jesus no intuito de assim salvaguardar a correspondência entre o mérito e o salário, segundo exige a corrente concepção de justiça. Jesus não alude com uma só palavra a que os últimos tenham empatado com os primeiros na produção. O dono da vinha não se justifica diante das acusações com o argumento de os últimos terem realizado em uma só hora o equivalente ao realizado pelos primeiros. Ele diz ter sido bondoso. Justamente em comparação com o paralelo rabínico o escândalo da parábola de Jesus salta aos olhos.

3. E finalmente também não se pode eliminar o escândalo dizendo ter sido a boa vontade dos últimos que o dono da vinha recompensou. Interpreta-se, neste caso, da seguinte maneira: Os trabalhadores contratados por último não teriam tido a oportunidade de servir na vinha, do que seria testemunho a sua resposta: "Porque ninguém nos contratou." Mas teriam sido pessoas de muito boa vontade, razão pela qual o dono da vinha os igualou aos primeiros (e o mesmo valeria analogamente com referência aos contratados na terceira, sexta e nona hora). Deste modo se conclui: Onde faltam as obras, Deus considera a boa vontade.

Mas, onde é falado na boa vontade dos últimos? O fato de ninguém os ter contratado pode ser desculpa deles. A sua resposta pode ser uma justificação mentirosa do seu comodismo. Que nos dá o direito de transformar aqueles últimos em anjos aos quais só faltam as asas? E novamente insistimos nas palavras do dono da vinha. Elas nada dizem da boa vontade dos últimos. Receberam o denário porque o dono da vinha em sua bondade assim o quis. O escândalo da parábola, pois, não pode ser eliminado desta forma. Os últimos não possuem qualquer tipo de mérito capaz de explicar o procedimento do senhor da vinha. Como então entender?

A MENSAGEM

Já que acima tínhamos dado a palavra uma segunda vez aos trabalhadores revoltados, demo-la também ao dono da vinha mais uma vez. Que ele teria a dizer em sua defesa? Em coerência com a sua primeira resposta, nós o vemos reagir mais ou menos nos seguintes termos:

Eu fico triste com a atitude de vocês, meus amigos. Dizem que estou corrompendo a moral do trabalho. Bem, eu tenho a impressão de que vocês têm inveja dos seus companheiros. Em todos os casos, porém, vocês não me entenderam. Repito, eu agi por bondade. Vocês sabem o que é isto? Quando eu vi aqueles sujeitos lá na praça, desocupados ainda às três e às cinco, aí me doeu o coração, porque eu sabia: Isto vai significar fome para eles e seus familiares. Com vocês fiz um contrato sobre um denário, e acho que foram bem servidos. É suficiente para viver. Mas aqueles que colhi às cinco, que seria deles? Vejam, eu tenho olhos para ver necessidades humanas, enquanto vocês pensam em números, proporções e índices de produção. Por que acharam que iriam receber mais do que o combinado? Ora, porque vocês transformaram aquilo que para mim era bondade, num direito, num negócio. Então o cálculo era fácil: Vocês teriam direito a doze vezes mais "bondade" do que os últimos, o que significa, em números, doze denários. Não, meus amigos. Vocês não têm direito à minha bondade, mas eu tenho o direito de ser bondoso. E se vocês, futuramente, querem trabalhar só mais uma hora por dia, muito bem. Podem vir trabalhar aqui. Mas tomem cuidado. Pode haver surpresas. Pagarei exatamente um doze avos de denário. Pois minha bondade não é lei nem direito adquirido. Posso ser duro para quem abusar da minha bondade, mas sou generoso para com os que realmente necessitam. E como é com vocês? A bondade tem vez em sua vida?

Até aqui as palavras do dono da vinha, como as deduzimos dos versículos 13 a 15 da parábola. Como vemos, o escândalo reside na bondade que aos olhos dos primeiros trabalhadores é incompatível com a justiça. Então, devemos ser justos ou bondosos? Devemos dar de graça ou pagar conforme as pessoas merecem? Devemos perdoar ou cobrar dívidas? Devemos promover a caridade ou a justiça social? Que, enfim, Deus quer de nós?



1. A parábola seria mal entendida, se a víssemos de saída sob a perspectiva do que nós devemos fazer. Seria uma interpretação moralista, alheia aos propósitos de Jesus. A parábola descreve, antes de mais nada, o agir de Deus: Assim como o dono da vinha, assim é Deus em relação aos homens. Ele chama gente para trabalhar na sua vinha. Faz contrato com as pessoas, e o “salário” que lhes promete, é a vida. Deus dá subsistência aos seus servos. Aliás, chama atenção o desembaraço com que Jesus fala do pagamento de Deus. Deus paga por serviço fiel, ele dá recompensa, “porque digno é o trabalhador de seu salário” (Lc 10.7; cf Mt 6.2ss; 24.45ss; 25.14ss; etc). Esta certeza forma o pano de fundo desta parábola. No trecho precedente (Mt 19.27-30), Jesus promete a recompensa divina aos seus discípulos que, por causa dele, deixaram casa e família, sacrificaram bens e privilégios. Deus é justo. Não fica em dívidas com ninguém, ele paga conforme a pessoa merece, ele cumpre as suas promessas.

Mas já no final daquele trecho está colocado um sinal de alerta. Em Mt 19.30 lemos: “Porém, muitos primeiros serão últimos; e os últimos, primeiros”. Que significa esta palavra? Ela naturalmente se aplica antes de mais nada a pessoas como o jovem rico (19.16ss), ocupante de um dos primeiros lugares na sociedade, mas candidato a um dos últimos lugares no Reino de Deus devido à prisão na qual se deixa manter pelas suas posses. Deus inverte a hierarquia social. De primeiros faz últimos, e de últimos, primeiros. No entanto, essa inversão ameaça não só os ricos, ela ameaça todos aqueles que se consideram dignos de primeiros lugares. A repetição do versículo 19.30 em 20.16 (numa versão levemente alterada) o mostra: Cuidado com especulações acerca das recompensas de Deus. Quem acha que merece muito aplauso de Deus em virtude de seus sacrifícios, de suas obras ou de sua piedade, é como aqueles que pensam merecer muitas honras por parte de homens. Em ambos os casos Deus inverte a ordem. E é isto o que esta parábola quer dizer: Os primeiros, ou seja neste caso, os que mais labutaram, mais sacrificaram e mais serviram a Deus e ao próximo poderão vir a ser últimos, e os últimos primeiros. Como assim?

Porque Deus não se deixa prender ao sistema de pagamento por méritos. Ele não se presta a desempenhar o papel de simples pagador de salários, de administrador do nosso

saldo nos céus ou de distribuidor de recompensa e castigo. Deus tem o direito de ser bondoso. É isto o que Jesus, nesta parábola, quer salientar. Ele tem o direito de compadecer-se dos pecadores, tem o direito de perdoar e de dar vida também àqueles que não a merecem. Jesus defende este direito de Deus. Por isto come com publicanos e pecadores, vai atrás da ovelha perdida e não exclui da sua graça nem os samaritanos nem os pagãos. Mais ainda: Jesus se sabe portador da bondade de Deus. Por intermédio desta parábola ele explica o seu agir e proclama aquele Deus que não se satisfaz em pagar salários, mas que insiste em ter a liberdade para ser bondoso. Deus, antes de olhar méritos, vê a pessoa, vê necessidades.

Esta proclamação custou caro para Jesus. O protesto dos trabalhadores da vinha, Jesus o experimentou em forma de desprezo à sua pessoa, como hostilidade, ódio mortal e finalmente crucificação. Pois, ser igualado a publicanos e pecadores, sim, ser colocado até abaixo do pecador (cf Lc 18.9ss; Mt 21.31; etc), isto o fariseu piedoso e todo homem da lei não podia admitir. Também os fariseus e os escribas falavam da bondade de Deus, mas na verdade achavam que ela era só para quem merece. Em contraposição, Jesus afirma: A graça de Deus não é para quem merece, mas sim para quem dela precisa.

E aí nós vemos como primeiros se tornam últimos. Não porque Deus privilegiasse pecadores, desprezasse a boa obra ou não fizesse questão de ter fiéis trabalhadores na sua vinha. Não, não por isto. Os primeiros se tornam últimos por causa do seu protesto, por causa de sua inimizade contra a bondade de Deus. Eles fazem dos seus méritos o padrão segundo o qual Deus deve julgar os outros. Sim, eles já estão julgando os seus semelhantes com este critério. Eles são cruéis em relação aos seus próximos por que lhes negaram a bondade de Deus. Muito conscientes de seus sacrifícios, de sua obediência, de sua piedade ou autenticidade, eles se tornam incapazes para a bondade e misericórdia, adotando a postura de uma soberba fria e agressiva. A misericórdia de Deus, porém, condena a falta de misericórdia entre os homens (cf Mt 12.7), sejam eles fariseus judaicos ou discípulos cristãos.

É claro, aliás, que foi Mateus que colocou a parábola no seu atual contexto, fazendo com que ela se dirija aos discípulos, ou seja, aos cristãos. Pelo que tudo indica, porém, os endereçados originais eram os fariseus, respectivamente os que criticavam Jesus por causa da graça que demonstrava aos pecadores. Portanto, originalmente a parábola serviu a Jesus como defesa nas suas controvérsias com seus adversários. No entanto, também como palavra a cristãos, a parábola permanece válida e atual: A bondade de Deus é escândalo para todos aqueles (cristãos e não-cristãos) que insistem em méritos, obras próprias, privilégios, etc. O contexto, no qual Mateus colocou a parábola, não lhe altera o sentido. A falta de misericórdia e bondade faz de primeiros últimos.

Comunidade cristã agradece pela bondade de Deus, descobrindo nela o Evangelho propriamente dito. Como seguidores de Cristo sabemos que sem a bondade de Deus nada somos. Nosso “tempo de serviço”, nossa “produtividade” na vinha de Deus não bastam para merecermos o salário da vida. Acusam-nos nossa inércia, nossa irresponsabilidade e

fraqueza. Em outros termos, vemo-nos na solidariedade dos pecadores, cuja salvação está na graça trazida por Jesus Cristo, confirmada por ele na cruz. E mesmo se assim não fosse, mesmo se nos pudéssemos gabar de perfeito cumprimento da vontade de Deus e de conduta impecável (cf Fp 3.6), mesmo sob tais condições Deus não deixaria de ser o Deus da graça. Também o salário que ele paga, é graça, pois, apesar de todo esforço, quais são os direitos que temos a reclamar de Deus? Vivemos de sua compaixão. Ela confere dignidade à criatura pobre, pecadora, criminosa. Deus tem compaixão da nossa falta de fé, ele se compadece da miséria do mundo. Dói-lhe o coração ao ver a sua criatura faminta, com salários insuficientes; dói-lhe o coração ao ver o mundo sucumbir nos seus pecados, sua ignorância e ganância. Deus é compassivo. E aí! de todo aquele que se escandalizar desta compaixão e bondade! Ele, de primeiro, passa a ser último.

Permanece a pergunta: Deus, ele é justo? A sua bondade não tolhe, anula a justiça e conflita com ela? Nós arriscamos dizer: A justiça do dono da vinha é a verdadeira justiça, a justiça do Reino de Deus, a justiça do próprio Deus que salva o mundo. Vejamos.

1. “Deus é justo, faz contratos e os cumpre. Ele respeita direitos. Mas a sua justiça é acrescida de bondade. E justiça bondosa. Esta não se resume em aplicação mecânica de leis, não julga o homem unicamente pelo critério de seus méritos e suas dívidas, nem se orienta em princípios abstratos, tratando a pessoa como máquina, objeto, coisa. Embora uma justiça sem bondade sempre seja preferível à brutal injustiça, ela será fria e pode até ser cruel. Evidentemente, justiça não pode fazer acepção de pessoas, ela não pode ser partidária nem ser comandada por emoções voláteis ou, pior ainda, por interesses egoístas de indivíduos ou grupos. Por isto a deusa da justiça na antiguidade, trazia os olhos vendados. Todavia, justiça se torna desumana, se ignorar as pessoas em suas necessidades e se as desprezitar como seres humanos. Digamos uma vez assim: Justiça deve ter os olhos vendados, mas ela deve ter coração. Ela deve aplicar leis, simultaneamente, porém, ela tudo deve fazer para que as leis deixem espaço para a bondade e venham ao encontro do bem-estar das pessoas.

O Deus de Jesus Cristo tem coração. Ele jamais fica devendo ao homem o que lhe é devido, mas acrescenta à sua justiça duas peculiaridades (e é nisto que esta justiça excede a dos escribas e fariseus — Mt 5.20): Ela se orienta antes em necessidades humanas do que em princípios abstratos, e ela inclui o perdão. Deus sabe considerar boas obras, mas ele é livre para dar gratuitamente. Ele também sabe castigar, mas ele não se esquece que o ser humano é a sua criatura. A sua justiça tem por objetivo e alvo a vida das pessoas, a vida já agora e em toda a eternidade. Deus, sendo justo, é bondoso — como o é o dono da vinha na parábola de Jesus. Ele nos dará “o que for justo” (Mt 20.4), se invocarmos sua bondade.

2. “E como é com vocês? A bondade tem vez em sua vida?” Esta pergunta agora é inevitável. Já o dissemos: A bondade de Deus condena a falta de bondade entre os homens. Mas como praticar esta bondade sem subverter a moral do trabalho e favorecer o comodismo? Podemos simplesmente

desembarcar deste mundo em que impera a lei da justiça pelas obras, sim, em que impera flagrantemente a injustiça? Portanto, como ajustar a bondade à justiça e a justiça à bondade? Como realizar a justiça bondosa de Deus neste mundo? Para isto apresentamos as seguintes considerações:

a) Bondade não elimina a necessidade de contratos sociais. Assim como o dono da vinha fez um acordo, assim também nós o devemos fazer. E isto significa: A sociedade precisa fixar direitos e deveres do cidadão. Ela precisa do direito para o seu bom funcionamento. Ela precisa estruturar-se. Esta necessidade se verifica em todos os níveis da sociedade e em todas as suas formas de manifestação. Já uma amizade não funciona sem que os amigos respeitem certas regras (por exemplo a do sigilo confidencial), quanto menos terão condições de existir clubes, comunidades, partidos políticos, enfim, o próprio Estado, sem Constituição, estatutos, código legal, regimento interno, etc. Os setores da educação, do trabalho, da economia, etc. — tudo precisa de uma legislação respectiva que confere direitos e formula exigências. E, no âmbito da lei, vale o critério das “obras”. Quem não cumpre, sofre sanções, quem cumpre, é beneficiado e tem as chances para progredir.

Esse mundo das leis, das estruturas e da jurisdição não é alheio à Bíblia. Deus mesmo formula direitos e deveres, faz pactos (a nova e a velha aliança), manifesta exigências. E, de fato, com bondade tão-somente não se governa o mundo, não se constrói sociedade nem se mantém convívio humano. Onde bondade começa a substituir os contratos e as leis, onde ela mesma se constitui em lei, abrem-se as portas para o arbítrio, para abusos, caprichos, para a anarquia. Nós precisamos das leis para coibir o mal, para garantir a cada um o que lhe é devido e para possibilitar ação conjunta na sociedade. A justiça civil, as estruturas sociais e o direito são instrumentos mediante os quais a humanidade é mantida e protegida contra a autodestruição.

b) Justiça, por sua vez, não elimina a necessidade da bondade, o que se evidencia pelo seguinte:

1. Injustiça é causa de imenso sofrimento e põe em risco a existência da sociedade por acumular, aos poucos, uma carga explosiva que periga detonar horivelmente em revolução sangrenta. Precisamente por estas duas razões, bon-



dade ver-se-á coagida a insistir na prática da justiça. O protesto contra a injustiça e a luta a favor da justiça são inerentes à bondade inspirada no agor do próprio Deus. Sabemos dos dolorosos limites de toda justiça humana. Também não é possível descobrir a injustiça apenas nos outros, no sistema, nos opressores. Toda denúncia de injustiça não deixa de incluir, em última instância, a denúncia própria. Por isto fé cristã aguarda a justiça plena do juízo de Deus que vê os corações e que não se deixa enganar por aparências. Exatamente esta esperança, porém, compromete-se com a luta pela justiça, tanto em nós como na sociedade. O mundo e as pessoas, sem justiça, sucumbem. Toda injustiça é uma ferida no corpo da sociedade. O que a bondade então exige, senão a justiça?

Muitas são as formas de injustiça no mundo e particularmente no Brasil de hoje. Salários que condenam milhões de brasileiros à fome e à miséria, um sistema econômico concentrador de renda e de propriedades, discriminação racial que é realidade não só na África do Sul, mas também em nosso meio, a exploração, a fraude, a corrupção — disto somos testemunhas diretas. São coisas incompatíveis com o Reino de Deus e sua justiça, razão pela qual o cristão com elas não pode conformar-se.

2. Justiça deve dar ao homem o que lhe é devido e a que tem direito. Mas aí reside uma dificuldade muito grande: Que é devido ao homem? Quem define os seus direitos? Todo país tem uma Constituição, um código civil, um poder judiciário que definem tais direitos (e oxalá os direitos constitucionais fossem sempre observados). Entretanto, as constituições variam, também elas são orientadas por princípios subjacentes, e, sobretudo, não desincumbem da necessidade de trocar em miúdos as definições gerais (por exemplo, que significa igualdade de direitos para homens e mulheres?). Portanto, quem define os direitos e os deveres das pessoas e à base de que critérios acontece isto?

Dessa preocupação e a fim de evitar a arbitrariedade, nasceu a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Ela proclama um profundo humanismo, afirmando e enfatizando a dignidade da pessoa humana, da qual resultam os seus direitos. Também a fé cristã defende e proclama a dignidade das pessoas. Embora a fundamentação desta dignidade não seja exatamente a mesma como na “Declaração Universal” (a fé cristã vê a dignidade da pessoa como decorrência de sua criação e justificação por deus), existe extraordinária afinidade, razão pela qual os “direitos humanos” só podem merecer apoio por parte dos cristãos. A fé cristã, de certo modo, se vê atendida nesta “Declaração”, pois ela se baseia numa visão bondosa do ser humano. E é isto que importa. Sem bondade não se faz real justiça. Só a bondade enxerga, define e respeita os verdadeiros direitos da pessoa. Nós também poderíamos dizer: Justiça humana precisa da bondade de Deus como critério para ser realmente justiça humana. Pois:

- bondade verá as pessoas em suas necessidades, em seus anseios justos e procurará traduzir estas necessidades em direitos amparados por lei;

- bondade aprendida com Deus verá que as pessoas, antes de merecerem qualquer coisa, são amadas por Deus, gozando por isto de imunidade sagrada. É Deus quem, em última instância, define os direitos e os deveres da pessoa que é sua criatura;

- bondade descobrirá que as pessoas são simultaneamente iguais e diferentes. Elas são iguais, porque não existem pessoas de “segunda categoria”, menos valiosas do que outras. A partir desta visão não se justifica a monopolização de direitos por alguns, nem o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos, nem qualquer forma de discriminação. Estas coisas quebram a igualdade entre os homens. Justiça, pois, deve tratar as pessoas, em princípio, como sendo iguais. Ao mesmo tempo, porém, ela deve individualizar grupos e pessoas para fazer “jus” às suas peculiaridades. A nívelação conseqüente pode tornar-se altamente injusta por descon siderar as individualidades, as capacidades, a situação e as necessidades das pessoas ou dos grupos. Por isto não se pode aplicar a mesma lei a todos (exemplo: crianças, índios, etc.). Definir, pois, o que é devido às pessoas, é algo difícil. Nós achamos que para a correta definição e práxis destes direitos são indispensáveis os olhos da bondade.

3. Finalmente, porém, o ser humano precisa de bondade, de amor, de misericórdia como algo à parte e além da justiça. No fundo do nosso coração não queremos ser tratados constantemente conforme os nossos direitos e deveres, conforme méritos e dívidas, conforme os parágrafos da lei. Justiça que desconhece a bondade, exerce uma enorme pressão sobre as pessoas. Ela é formalista, impessoal. As pessoas anseiam por bondade, uma bondade que não condena, que aceita fraquezas, que perdoa culpa, afugenta o medo e difunde confiança.

É de admitir que neste sentido podem surgir conflitos entre bondade e justiça: A bondade quer perdoar onde a justiça deve castigar. Será preciso agüentar este conflito e resolvê-lo de caso em caso. Soluções prontas inexistem. Importa, porém, que a vitória não seja concedida com demasiada facilidade à justiça legal contra a bondade. Pois, sabendo perdoar, aceitando o fraco e não condenando o culpado, nós vamos de encontro a uma das mais presentes necessidades das pessoas, e simultaneamente documentamos liberdade evangélica com relação à letra da lei. A pessoa sempre vale mais do que a lei (cf Mt 2.27). Justiça é indispensável, mas o mundo precisa de bondade na justiça e além da justiça, assim como o próprio Deus no-lo mostrou em Jesus Cristo.

As nossas reflexões ultrapassaram o que se entende sob uma simples interpretação do texto bíblico. Mas foram reflexões às quais a parábola de Jesus nos conduziu, colocando em pauta a relação entre justiça e bondade, justiça de Deus e justiça entre os homens. O escândalo desta parábola reside na bondade de Deus, que desafia a justiça, mas não a anula. Muito pelo contrário, esta bondade que é por excelência o contrário de exploração, fará a justiça verdadeiramente humana.

Tal bondade não é propriamente freqüente neste mundo e entre os homens. Ela não é produzida pela ciência, nem pelo progresso tecnológico, nem por imperativos, nem pela transformação das estruturas sociais. Uma vez que bondade não pode converter-se em lei, ela também não é produzida pela lei. Ela é aprendida sob o Evangelho, junto àquele dono da vinha, capaz de dar inclusive aos que não merecem. E talvez ela possa ser aprendida também junto àqueles que, à semelhança dos últimos trabalhadores, se sabem presenteados pela bondade de seu Senhor que lhes perdoou as suas dívidas.

CRÔNICA DAS FAVELAS BRASILEIRAS

Carlos Drummond de Andrade

PALAFITAS

*Este nasce no mangue, este vive no mangue.
No mangue não morrerá.
O maravilhoso Projeto X vai aterrar o mangue.
Vai remover famílias que têm raízes no mangue
e fazer do mangue área produtiva.
O homem entristece
Aquilo ali é sua pátria,
aquele, seu destino,
seu lodo certo e garantido.*

CIDADE GRANDE

*Que Beleza, Montes Claros.
Como cresceu Montes Claros.
Quanta indústria em Montes Claros.
Quanta garçagem, da,
ai sem r... es Claros.
Mo... nto,*

... e mais promete.

FELIZ

*De que morreu Linzélia no Tucano?
Da avalanche de lixo no barraco.
Em seu caixão de lixo e lama ela dormiu
o sono mais perfeito de sua vida.*

CONFRONTO

*A suntuosa Brasília, a esquelética Ceilândia
contemplam-se. Qual delas falará
primeiro? Que têm a dizer ou a esconder
uma em face da outra? Que mágoas, que ressentimentos
prestes a saltar da goela coletiva
e não se exprimem? Por que Ceilândia fere
o majestoso orgulho da flórea capital?
Por que Brasília resplandece
ante a pobreza exposta dos barracos
de Ceilândia,
filhos de majestade de Brasília?
E pensam-se, remiram-se em silêncio
as gêmeas criações do bom brasileiro.*

GRAVURA BAIANA

*Do alto do Morro de Santa Luzia,
Nossa Senhora de Alagados, em sua igreja nova
abençoa o viver pantanoso dos fiéis.
Por aqui andou o Papa e fez o mesmo.
A miséria, irmãos, foi dignificada.
Planejar na Terra a solução
fica obsoleto. Sursum corda!
Haverá um céu privativo dos miseráveis.*

A MAIOR

*A maior! A maior!
Qual, enfim, a maior
favela brasileira?
A Rocinha carioca?
Alagados baiana?
Um analista indaga:
Em área construída
(se construção se chama
o sopro sobre a terra movediça, volúvel,
ou sobre água viscosa?)
A maior, em viventes,
bichos, homens, mulheres?
Ou maior em oferta
de mão-de-obra fácil?
Maior em aparelhos
de rádio e de tevê?
Maior em esperança
ou maior em descrença?
A maior em paciência,
a maior em canção,
rainha das favelas,
imperatriz-miséria?
Tantos itens... O júri
se declara perplexo
e resolve abster-se
de qualquer veredicto
pois que somente Deus
(ou melhor, o Diabo)
é capaz de apontar das mores, a maior.*